



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)  
Faculdade de Educação  
Licenciatura em Pedagogia

**REBECA OLIVEIRA FERREIRA**

**“A experiência das Unidades de Polícia Pacificadora Sociais no Rio de Janeiro: limites e possibilidades de sua atuação educativa”**

Rio de Janeiro, Abril de 2019

**REBECA OLIVEIRA FERREIRA**

**“A experiência das Unidades de Polícia Pacificadora Sociais no Rio de Janeiro: limites e possibilidades de sua atuação educativa”**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sabrina Moehlecke

Rio de Janeiro, Abril de 2019

## **Agradecimentos**

Sou grata primeiramente a Deus, que diariamente me fortaleceu e permitiu que eu transformasse o sonho da graduação em realidade.

Agradecer à minha orientadora Sabrina Moehlecke que sempre com muita sabedoria, paciência e muito carinho caminhou comigo durante esses anos. Que apostou em um novo tema, mesmo diante dos desafios, pois acreditou que esse trabalho daria certo. Sem sua ajuda jamais teria conseguido chegar a esse resultado. Obrigada Sabrina!

Agradeço a minha família que me deu todo o incentivo, suporte e amor para que eu concluísse essa etapa, em especial a minha mãe Rosário e irmão Leonardo, que estiveram ao meu lado nos momentos fáceis e difíceis, e que me fortaleceram diante de todas as adversidades, sem eles nada disso faria sentido. Amo vocês infinitamente!

Também aos meus segundos pais, minha madrinha Eliane e padrinho Rodrigo, que quando a faculdade e moradia se tornaram um obstáculo, abriram-me as portas e proporcionaram que a distância fosse um obstáculo a menos a ser enfrentado.

Agradeço ao meu namorado Cauê, que sempre me deu forças e coragem para seguir, e que despertou em mim a vontade de mostrar outro lado da PMERJ.

Agradeço também a Gelza Belmiro pelos incentivos e ajudas que me foram essenciais.

Agradeço a todos os policiais militares que foram fundamentais na construção desse trabalho, em especial aos Soldados Liliane, Beatriz, Moraes, Marcellus e Pantoja, que contribuíram como conseguiram e puderam para que esse trabalho chegasse a esse resultado.

Agradeço a UFRJ por me apresentar profissionais capazes de nos tornar pessoas melhores e profissionais qualificados, e aos amigos que através dessa instituição renomada entraram na minha vida, em especial a Amanda Brito e Patrícia Macedo, que levarei para sempre todas as histórias, momentos de alegria, suspense, angústia e amizade.

A Pedagogia por ter me escolhido e por me proporcionado experiências maravilhosas, inesquecíveis e imensuráveis, e por ter despertado em mim, o prazer de ensinar.

E por último e não menos importante, ao meu querido pai, meu herói e meu amor para todo o sempre, que morreu muito cedo, mas permanece vivo em meu coração. Dedico também a você, querido pai, essa vitória.

## **Resumo**

Esse trabalho tem como objetivo compreender melhor o conceito e os debates acerca da educação em espaços não-escolares, como distintas possibilidades de atuação do pedagogo na sociedade. Inicialmente, foi feita uma análise bibliográfica, por meio da revisão da literatura na área, além de consulta a fontes documentais e sites. Em seguida, analisou-se uma experiência específica das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, particularmente em seus projetos sociais, a fim de aprofundar a discussão por meio de um projeto específico que tivesse uma ação ou finalidade educativa. Desse modo, chegamos ao Projeto de Reforço Escolar “CAJU – Caminho Auxiliar da Juventude”, da UPP do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro. Além da pesquisa em sites, foi feita uma entrevista semi-estruturada com a policial militar idealizadora e coordenadora do projeto CAJU. Como resultado, pudéssomos refletir e compreender melhor os limites e as possibilidades dessa atuação, particularmente em termos do trabalho formativo e educativo desenvolvido, além de perceber que a educação não-formal é um vasto campo de atuação para os pedagogos em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** educação não-formal, educação não escolar, Unidade de Polícia Pacificadora, reforço escolar.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1. A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES .....</b>	<b>8</b>
<b>2. A EXPERIÊNCIA DAS UPPS NO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>145</b>
<b>2.1. Características e Estrutura de Funcionamento das UPPs.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2. A UPP Social: Objetivos, Abrangência, Projetos .....</b>	<b>18</b>
<b>3. A UPP SOCIAL DA COMUNIDADE DO “JACAREZINHO”.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1. Características da Comunidade do Jacaré e seus Projetos Sociais.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2. A UPP do Jacarezinho e a Educação .....</b>	<b>39</b>
<b>3.3 - O Projeto de Reforço Escolar “CAJU – CAMINHO AUXILIAR DA JUVENTUDE” .....</b>	<b>48</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>
<b>6. ANEXO.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O papel da educação ultrapassa as salas de aula e os muros da escola, pois o indivíduo adquire conhecimentos ao longo de sua vida, por meio de experiências que abrangem também seus meios familiares, sociais, culturais nos quais estão inseridos. Contudo, a educação, na contemporaneidade, tem cada vez mais extrapolado o espaço da escola e da educação formal, difundindo-se por esferas ainda mais distintas em nossa sociedade. Amplia-se desse modo o conceito de educação e diversificam-se as atividades educativas, bem como a ação pedagógica na sociedade como um todo (LIBÂNEO, 2001). No caso do Brasil, esse processo também se articula com imensos desafios que enfrentamos no campo social e do acesso da população a seus direitos básicos, como educação, saúde, segurança, dentre outros.

Diante dessa realidade, nas últimas décadas cresceram no país as instituições criadas com o intuito de assumir projetos sociais visando à melhoria da qualidade de vida e da dignidade, especialmente das populações com menor poder aquisitivo. Essas instituições sejam elas públicas ou privadas, ONGs, movimentos sociais ou associações, abarcam diversas áreas, como cultura, meio ambiente, esportes, assistência social, mas a mais difundida continua sendo a área da educação. Por isso, é preciso pensar que tipo de educação se configura nesses espaços não-escolares e quais são os limites e as possibilidades de uma atuação que contribua à ampliação das oportunidades educacionais em nossa sociedade.

A ideia para desenvolver a presente pesquisa surgiu em uma disciplina eletiva da Faculdade de Educação da UFRJ, onde a turma tinha como proposta escolher uma escola do município do Rio de Janeiro e realizar uma entrevista com a diretora, a fim de conhecer melhor sobre a história da escola, como acontecia seu planejamento, como era a divisão de suas turmas, como era a relação e a formação dos docentes inseridos naquela escola e quais projetos existentes e como eles aconteciam. No meu caso, a diretora que entrevistei mencionou que, dentre os projetos que desenvolviam, havia um projeto que me chamou atenção: um projeto articulado com uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Social instalada na comunidade vizinha. Ela nos explicou que tal projeto era realizado por três policiais militares da UPP do Morro do São Carlos, onde eles ministravam aulas de música para as crianças com o intuito de diminuir a distância entre os policiais e a comunidade.

Diante do conhecimento desse projeto, foi despertado em mim o interesse em conhecer mais sobre esses projetos e espaços, saber quantos existiam, quais atividades

desenvolviam e quais tipos de relações pedagógicas que proporcionavam. Nessa busca, acabei conhecendo um projeto de reforço escolar que acontecia em um bairro próximo daquele, que então se tornou o objeto de estudo dessa pesquisa.

Dentro desse contexto, nosso estudo se propõe a pesquisar a experiência das UPPs Sociais realizadas no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, os projetos desenvolvidos dentro das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) voltadas para as comunidades onde foram inseridas. Tais projetos trazem em seu desenho um caráter interessante, pois ao mesmo tempo em que estão articulados a uma política pública de segurança formulada e executada pelo Estado, também traz em si algumas características típicas de projetos sociais desenvolvidos por ONGs, como o voluntarismo e a dificuldade de continuidade nas ações.

Quando pensamos em educação, dificilmente conseguimos pensar em UPPs, mas em algumas dessas unidades havia policiais militares que atuavam na área de educação, especialmente por meio de projetos de reforço escolar, música e esportes, principalmente. Os policiais não tinham necessariamente formação ou experiência prévia, contavam apenas com o desejo de ajudar, ensinar e tentar fazer a diferença na vida das crianças que ali estavam. Os projetos também não funcionavam da mesma forma em todas as unidades, pois eles partiam da iniciativa individual de cada policial em determinada UPP, que também seria o responsável para planejar, articular suas ideias e colocar o projeto em prática.

Desse modo, foram estabelecidos nessa monografia três objetivos:

- Compreender melhor o conceito e os debates sobre a educação fora do espaço escolar;
- Analisar de modo mais aprofundado a experiência das UPPs no Rio de Janeiro, particularmente os projetos sociais realizados que tenham uma ação ou finalidade educativa;
- Refletir sobre os limites e possibilidades das UPPs sociais atuarem em um trabalho formativo e educativo junto às comunidades onde foram instaladas.

Como metodologia foi utilizada a análise bibliográfica, por meio da revisão da literatura na área; a consulta a fontes documentais e sites, além de entrevista semi-estruturada com policial militar que coordenava projetos sociais dentro da UPP do Jacarezinho, particularmente no projeto educativo denominado “CAJU”.

Desse modo, no primeiro capítulo é apresentada uma revisão da literatura na área, com o intuito de compreender melhor o lugar da educação na contemporaneidade e o que caracteriza os espaços de educação informal, não-formal e formal. No segundo capítulo, explana-se sobre como se originou o projeto das UPPs no Rio de Janeiro, trazendo um breve histórico, seu desenvolvimento e suas funções. Por fim, analisamos especificamente a UPP do Jacarezinho, localizada na zona norte do Rio de Janeiro e um projeto social de reforço escolar ali realizado, o “CAJU”, de modo a observar a atuação de policiais militares frente a ações que interferem educacionalmente na formação dos indivíduos pertencentes a essa comunidade.

## **1. A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**

José Carlos Libâneo (2001), ao abordar os processos sociais contemporâneos, compreende que estes ampliam o conceito de educação e diversificam as atividades educativas, levando, por consequência, também a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade como um todo. Desse modo, a ação pedagógica passa a estar presente em outras esferas da prática social, por meio das denominadas educação não-formal ou não-escolar. O resultado disso é a ampliação da produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças e atitudes) por distintos setores sociais:

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade. (LIBÂNEO, 2001: p.5)

Ainda hoje, a formação em pedagogia é vista como meramente relacionada ao cuidado com foco na sala de aula, no trabalho em escolas e principalmente com as crianças menores (SCHEIBE E AGUIAR: 1999). Apesar disso, ao observarmos brevemente dentro do contexto histórico da palavra “pedagogia”, notamos uma ampla possibilidade de atuação do profissional formado nesse curso. Libâneo (2001), por exemplo, defende que o campo de atuação do pedagogo é tão vasto tanto quanto são as práticas educativas. Portanto, esta é a área de conhecimento que atinge, modifica e transforma a realidade educativa em todos os âmbitos, em todos os lugares: no geral e no particular. Para ele, a “Pedagogia” é problematizadora e unificadora, o que a torna uma das chaves principais para a contemplação



máxima do intelecto filosófico. Diante disso, concorda-se com a definição de que o pedagogo é aquele profissional que atua não somente na área de ensino, mas também aquele que tem capacidade de tratar e contemplar tudo aquilo que envolve o processo educativo, seja na escola formal e regular ou em outros espaços (MOREIRA: 2014, p.9).

Outra autora que aborda a questão da educação nesses múltiplos espaços é Maria da Gloria Gohn, referência brasileira nos estudos sobre movimentos sociais. Ela nos faz pensar sobre distintas possibilidades de atuação na educação ao identificar a articulação entre aprendizagens e produção de saberes quando do contato de indivíduos com determinadas lutas e questões sociais.

Gohn observa em seus estudos uma relação permanente entre movimentos sociais e educação, que vem sendo vagarosamente construída no Brasil a partir do fim dos anos 70, quando surgem associações ou atividades em entidades específicas que passam a debater os problemas socioeconômicos e políticos presentes na sociedade brasileira . Como uma das consequências da atuação desses movimentos sociais, particularmente nos anos 70 e 80, percebe-se que o Estado mudou sua relação com a sociedade civil organizada, impulsionando políticas públicas participativas , muitas delas coordenadas ou com o envolvimento de antigas lideranças oriundas de movimentos sociais . Essa busca pela institucionalização de práticas antes autônomas tornou -se uma constante a partir de então , possibilitando a criação de inúmeras inovações no campo da gestão democrática e da ampliação do leque de entidades e associações atuando no campo da educação, especialmente na educação não formal , que cresceu bastante (GOHN, 1999).

Assim como Libâneo, para Gohn a educação e suas possibilidades de aprendizagens não se limitam apenas aos espaços escolares, mas abrangem ações educativas muito mais amplas. Contudo, a articulação entre movimentos sociais e educação aconteceria principalmente de duas formas: a) na interação dos movimentos com instituições educacionais; b) no interior do próprio movimento social, dado seu próprio caráter educativo, o que os transforma em fontes de inovação e matrizes geradores de saber.

Gohn traz ainda importantes conceitos que nos ajudam a compreender esse alargamento do espaço educativo em nossa sociedade: os conceitos de educação informal, educação não-formal e educação formal. Para a autora, a educação informal é aquela que é adquirida através da socialização dos indivíduos no ambiente familiar de origem, nas relações de convívio social, entre amigos, ou seja, uma ação educativa que não traz uma intencionalidade específica ou planejada. A educação não-formal seria aquela que ocorre através de práticas educativas de formação voltadas para a construção da cidadania, ligada à

cultura, às relações, às aprendizagens de direitos e em suas interações sociais, que trazem certa intencionalidade formativa. Por fim, a educação formal é aquela que ocorre nas escolas, instituições responsáveis pela educação oferecida de forma mais sistematizada, planejada e organizada em um currículo, dentro de sistemas tradicionais de ensino (GOHN, 2011: p.346).

No que se refere à educação não-formal, definido como campo de interesse particular nessa pesquisa, Gohn compreende que:

A educação não-formal cria um processo de formação também para a cidadania para a capacitação para o trabalho, a formulação de uma organização comunitária e de aprendizagem cujos conteúdos escolares são trabalhados em ambientes diferenciados e ampliados de forma a trazer o contato entre o que se estuda e quem se estuda. E daí, muito se associa à educação popular e à educação comunitária. A educação não-formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver. “A difusão dos cursos de autoconhecimento, das filosofias e técnicas orientais de relaxamento, meditação, alongamentos etc. deixaram de ser vistas como esotéricas ou fugas da realidade. Tornaram-se estratégias de resistência, caminhos de sabedoria. É também um grande campo de educação não-formal. (GOHN, 1999: p.99)

Para Gohn, os espaços de aprendizagem da educação não formal são importantes não só para a construção de um sujeito, mas também pelas práticas realizadas nos movimentos sociais que priorizam e favorecem atividades de criações, trocas, vivências e experiências. Esses novos espaços de educação articulam a todo instante ainda que não intencionalmente, o que chamamos de educação formal e não-formal, apesar de acontecerem separadamente e independentes. Eles articulam a produção do saber, uma de forma mais padronizada e outra de forma mais maleável, levando em consideração o tempo de cada um, nas produções individuais privilegiando as novas possibilidades, os espaços no qual estão inseridos, sendo esse último um excelente facilitador do conhecimento.

Contudo, Moacir Gadotti nos chama à atenção aos riscos de se confundirem os propósitos e fazeres da educação formal com o da educação não-formal. O autor defende a educação não-formal não em oposição, mas em complementaridade à formal, chamando atenção ao fato de que uma não pode substituir a outra (2005). Percebe-se, por este posicionamento, a educação formal e não-formal como pertencentes a campos diversos, com propósitos que se diferenciam, ainda que muitas vezes articuladas.

Para Gadotti, um diferencial significativo entre elas são as categorias espaço e tempo, que são distintos nesses dois campos educacionais. Para ele, a categoria espaço relacionada à

escola é marcada pela “formalidade, regularidade e seqüencialidade”. Essa mesma categoria relacionada a um cenário da educação não-formal é marcada pela descontinuidade, pela eventualidade e pela informalidade. A educação não-formal é uma atividade educacional organizada e sistemática, no entanto, realizada fora do sistema formal, daí o termo “não-formal”, por isso, os espaços de aprendizagem são muitos e a categoria tempo é tão importante quanto o espaço. O tempo de aprendizagem na educação não-formal é mais flexível e respeita as diferenças e capacidades de cada um. Portanto, uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade em relação às categorias tempo e espaço (GADOTTI: 2005: p.2).

Outro fato que o autor acredita ser determinante para compreendermos a educação formal e não formal é que uma depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, seguindo estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional e regional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação e outra seguindo uma forma menos hierárquica e menos burocrática, podendo ter duração variável, concedendo ou não certificados de aprendizagem e não precisando necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”:

Não podemos estabelecer fronteiras muitas rígidas hoje entre o formal e o não-formal. Na escola e na sociedade, interagem diversos modelos culturais. O currículo consagra a intencionalidade necessária na relação intercultural pré-existente nas práticas sociais e interpessoais. Uma escola é um conjunto de relações interpessoais, sociais e humanas onde se interage com a natureza e o meio ambiente. Os currículos monoculturais do passado, voltados para si mesmos, etnocêntricos, desprezavam o “não-formal” como “extra-escolar”, ao passo que os currículos interculturais de hoje reconhecem a informalidade como uma característica fundamental da educação do futuro. O currículo intercultural engloba todas as ações e relações da escola; engloba o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas, instituintes da escola; inclui a formação permanente de todos os segmentos que compõem a escola, a conscientização, o conhecimento humano e a sensibilidade humana, considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo. (GADOTTI: 2005, p.4)

Gohn e Gadotti trabalham com uma concepção de educação não-formal como algo que ocorre fora do espaço escolar, de forma menos institucionalizada e sistematizada do que a educação formal que existiria nos espaços escolares. Contudo, diante do avanço da educação não-formal em nossa sociedade, com experiências das mais diversas, essa definição não tem mais dado conta de explicar todos os arranjos educativos que vêm sendo estabelecidos.

Para aprofundar e compreender melhor esse processo, recorreremos a um novo debate que tem se iniciado, trazendo o conceito de educação *não escolar*. Jose Leonardo Rolim de

Lima Severo (2015) nos ajuda nesse sentido ao observar que esse conceito vem surgindo como campo da educação nas últimas duas décadas, onde surgem configurações pedagógicas que criam e recriam novas propostas de ensinar e aprender, ampliando ainda mais as possibilidades educativas. O autor compreende a educação não escolar (ENE) como um conceito que engloba o conjunto das práticas consideradas formativas situadas fora da escola, sejam elas informais, não formais ou formais (2015, p.565). Desse modo, a educação não escolar (ENE) engloba práticas educativas com distintos graus de formalização, assim como a escola também pode desenvolver em seu interior práticas não formais:

Com base nesse ponto de vista, a ENE consiste na designação de espaços, contextos ou âmbitos sociais e institucionais distintos da escola em que práticas estejam sendo desenvolvidas conforme modelos formais, não formais e informais, nos diversos níveis de interação-relações que se supõe existir entre esses modelos. Assim, sua funcionalidade conceitual se aplica diante da necessidade de denominar contextos de ação educativa. (SEVERO, 2015, p.565)

Quando pensamos sobre a ENE, a adjetivação negativa antes do escolar pode parecer, inicialmente, que essa modalidade traz uma posição de negação da escola, como se um tipo de educação fosse contrário ao outro. Contudo, Severo nos explica que o conceito “não escolar” não necessariamente está em oposição à escola, pois não deixa de considerar que entre uma e outra podem existir vínculos e articulações. Desse modo, se torna apropriado pensar na ENE no sentido de “poder estabelecer interfaces de colaboração, complementariedade, associações e suporte” com a educação escolar (SEVERO, 2015 p. 84).

Para o autor, é importante que as instituições escolares desenvolvam mecanismos de inter-relações, onde seja possível considerar a relevância de projetos sociais com base em dinâmicas educativas ampliadas e articuladas a outras instituições. Essas atuações poderiam, então, promover uma série de benefícios, como uma diversidade de saberes oriundos das relações humanas, além de múltiplas possibilidades educacionais, por meio da troca de conhecimentos adquiridos em contextos escolares e não escolares.

Partindo desse pressuposto, a ENE vem demonstrando ser a proposta de construção de uma educação mais voltada para o desenvolvimento e construção integral do ser humano, com base em processos de ensino e aprendizagem diversificados, complexos, dinâmicos e interconectados, em espaços e tempos distintos da instituição escolar, ainda que suas atividades também possam ser desenvolvidas no ambiente escolar (2015). Ainda nessa direção, compreende-se que o conceito de educação não escolar é mais preciso que o da educação não-formal, justamente por abranger processos educativos formais e sistematizados, ainda que não ocorram dentro da escola regular, como é o caso de

cursos de línguas, auto escolas, escolas de música, cursos de formação continuada dos mais diversos, entre outros.

De acordo com Severo (2005):

Compreende-se que a ENE pode ser conceituada como uma categoria temática que engloba práticas consideradas formativas situadas fora da escola. É, portanto, mais adequada para se referir aos espaços educativos em que ocorrem processos não formais e informais, embora em alguns casos seja possível reconhecer atividades formais que se desenvolvem fora da escola, em contextos não convencionais. Do mesmo modo, a escola pode ser cenário de atividades educativas não formais, como ocorre no caso das práticas de educação social em instituições escolares, as quais configuram um campo em construção pelo esforço de inserir no contexto da escola, especialmente sob a perspectiva da educação integral, atividades de caráter educativo complementar e integrativo ao desenvolvimento do projeto político-pedagógico e do currículo, a exemplo de oficinas musicais, artísticas, esportivas e extensão comunitária. (SEVERO, 2005: 565)

No entanto, para o autor é necessário se destacar que a definição do conceito da ENE é mais apropriado não como uma definição conceitual e sim como uma categoria, mais especificadamente em situações que buscam delimitar **um âmbito, uma situação ou um espaço educativo**. Assim, seu conceito está relacionado aos sentidos e relações que se articulam entre as educações formais, não-formais e informais, ressaltando que

[...] a ENE, como prática intencional e organizada, de fato se aproxima mais da educação não formal do que das outras duas categorias. Então, privilegiar-se-á uma discussão mais precisa sobre o significado da educação não formal, considerando que grande parte das práticas de educação não escolar manifestam características que as permitem ser enquadradas como processos não formais. (SEVERO, 2015: p. 569)

De todo o modo, apesar de a ENE adquirir caráter de processo pedagógico, no sentido de ter intencionalidade, de haver articulações entre a teoria e a prática, de ser crítico em relação à escolha de sua metodologia, materiais, de ser compreensivo em relação ao espaço-tempo de formação dos saberes, e ainda no delinear metas, objetivos e finalidades, é necessária a reflexão sobre essa atuação, bem como a compreensão sobre as intencionalidades explícitas e implícitas, onde estes por sua vez darão sustentação a esses fins, que possam resultar na estruturação de uma ação formativa. Severo sustenta que

“Por esse motivo, o processo pedagógico de organização e execução de uma prática educativa não escolar é fortemente contextualizado, uma vez que, caso a especificidade do cenário e das circunstâncias que atravessam a prática fosse descaracterizada, tal processo poderia ser considerado como ilegítimo e perderia a capacidade de impactar efeitos formativos pretendidos pela mediação dos educadores”. (SEVERO, 2015: p.573)

Severo ainda conclui que o espaço da ENE é um vasto campo de construções pedagógicas, onde estão inseridos diversos processos de aprendizagens, que podem sofrer

mudanças capazes de se adaptarem a seus públicos alvos, de forma a se adequarem para cada um. Nesse contexto, a ENE pode ser compreendida como âmbito institucionalizado de sistemas educativos, que englobam e possibilitam seu reconhecimento, podendo ainda modificar-se de forma a aumentar a qualidade de seus resultados, ou ainda no processo de relação com instituições escolares. Assim, torna-se clara a necessidade quanto aos saberes e competências para a formação profissional de pedagogos e educadores, em harmonia para a concepção das especificidades desses processos:

Por fim, importa dizer que a ENE como cenário de práticas pedagógicas se constrói pela ação dos profissionais da pedagogia e de demais educadores especializados, por meio da práxis científica e social operada a partir de concepções pedagógicas e do reconhecimento crítico e contextualizado da realidade que condiciona as práticas educativas. O empreendimento de dispositivos de reconhecimento e formação profissional de pedagogos para atuarem nesses cenários reveste-se de importância, uma vez que, além da abertura de novos espaços laborais, o exercício profissional pedagógico na ENE responde a demandas sociais concretas de formação humana, circunstância pela qual não se pode ignorar a relevância de aprofundar a discussão sobre a profissão de pedagogo e os processos de intervenção nesse âmbito como objeto conceitual, formativo e de trabalho em pedagogia. (SEVERO, 2005: p. 575)

Assim, é possível identificar que a educação não formal abrange uma maior parte da formação do indivíduo na sociedade, permitindo que este experimente e amplie os conhecimentos que são adquiridos na escola e em seu exterior e no contato com os demais sujeitos da sociedade. Desta forma, fica evidente que o papel da educação não pode ser limitada, já que seu trabalho caminha junto ao conhecimento e limitar o campo de atuação da educação é restringir as formas de aprendizagem e conhecimento possíveis no seu meio. Nesse aspecto, existem diversas formas de conhecimentos e de saberes, cabíveis quando consideramos as diversas relações que podem se construir durante toda a vida de um sujeito e o seu meio.

Vale destacar ainda que nenhum dos autores estudados defendem uma única forma de educação, seja ela a formal, a não-formal ou a não-escolar; o que fazem é enfatizar as especificidades de uma e outra, que resultam em uma formação mais integral e de qualidade para o sujeito. Gohn observa que a educação formal precisa necessariamente acontecer em um sistema tradicional de ensino, que teria na escola seu lócus principal. Já Gadotti acrescenta que o conceito de “educação formal” tem como ponto primordial que essa educação pressupõe a definição clara de um currículo previamente definido e estabelecido, obedecendo a diretrizes educacionais, além de um planejamento prévio aprovado.

Já na questão da educação não formal, Gohn defende que a aprendizagem ultrapassa o contexto escolar, podendo ocorrer em diversos espaços, como museus, praças etc, de uma forma mais livre e menos planejada e planificada. Esses lugares seriam utilizados para apoiar

e facilitar aprendizagens das mais diversas. Para ela, esse tipo de educação deveria visar a construção da cidadania; esse seria um requisito primordial. Além disso, essa aprendizagem permite organização flexível onde os conhecimentos são realizados de acordo com o tempo de aprendizado dos sujeitos considerando as experiências de vida e a troca entre eles. Já Gadotti entende que as categorias de espaço e tempo de cada sujeito também são essenciais. Contudo, entende que, apesar da educação não formal não depender da educação formal, ela pode atuar de forma complementar, articulando as aprendizagens já adquiridas previamente nas instituições escolares com outras atividades mais livres e fluídas.

Por último, retomamos o conceito de Severo sobre o termo “não escolar”. Para o autor, ela articular as práticas educativas com diferentes graus de formalização. Nele são consideradas as ações que são realizadas fora da escola, ainda que possam também ser consideradas as ações dentro da escola. Além disso, muitas ações que ocorrem fora da escola não são exatamente não-formais, pois trazem todo um planejamento e reflexão das atividades que serão realizadas, antes de elas irem para a prática. Ou seja, tem um grau razoável de formalização. Assim, percebe-se que este é um conceito que pode ser mais adequado para pensarmos a experiência em questão nesse projeto.

## **2. A EXPERIÊNCIA DAS UPPS NO RIO DE JANEIRO**

### **2.1. CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DAS UPPS**

A partir de 2007, o novo governo que assumiu o Estado do Rio de Janeiro dizia ter como prioridade absoluta o combate à criminalidade. Com o intuito proclamado de restabelecer os direitos dos cidadãos e sua confiança nas autoridades, garantindo seus direitos de ir e vir com segurança pela cidade, se estabeleceu uma nova política de segurança pública, alicerçada em investimentos em tecnologia, na formação de novos policiais e em um novo conceito no combate à criminalidade (Livro das UPPs, 2012).

Através do decreto nº. 41.650, de 21 de janeiro de 2009, percebeu-se a necessidade de ações com tropas especializadas para a execução de atividades, como se observa no artigo 1º do decreto

Art. 1º - Fica criada, na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ, subordinada ao Comando do Estado Maior, a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes.

Posteriormente, no ano de 2011, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da lei nº. 5890/11, decretou uma série de intervenções nas favelas da cidade do Rio de Janeiro instalando as denominadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), até então com o objetivo apenas de resgatar os territórios do tráfico e milícias locais, garantindo paz e tranquilidade às comunidades.

As Unidades de Polícia Pacificadoras eram de responsabilidade do Secretário de Segurança José Mariano Beltrame que se reportava diretamente ao governador Sérgio Cabral. Ao secretário, subordina-se o comandante geral da Polícia Militar, Mário Sérgio Duarte. O Coronel Robson Rodrigues é o comandante geral das UPPs que coordena o projeto como um todo. Além dele, há, em cada comunidade com UPP, um comandante, um subcomandante e soldados. (RIO DE JANEIRO, CECIP, 2011)

Vinculadas às Polícias Militares, as UPPs tinham como objetivo principal a retomada de territórios antes dominados pelo narcotráfico, milícias ou outras organizações criminosas, de modo a restabelecer a segurança e o respeito aos direitos humanos da população local. As UPPs também possuíam dentre seus objetivos aproximar as relações entre polícia e comunidade, estabelecendo o que se denomina de polícia de proximidade, na qual se rompe com a orientação de uma polícia meramente ostensiva e se introduz um conjunto de ações, projetos e serviços sociais.

Para a realização dessas ações, a polícia militar contou com parcerias de diferentes setores, públicos e privados:

O programa engloba parcerias entre os governos municipal, estadual e federal e diferentes atores da sociedade civil organizada. Projetos educacionais, culturais, de inserção social e profissional, além de outros voltados à melhoria da infraestrutura, estão sendo realizados nas comunidades por meio de convênios e parcerias firmados entre diferentes segmentos do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor. (LIVRO DAS UPPs, 2012: p. 23)

Os policiais militares pertencentes às Unidades Pacificadoras trabalham com o conceito de polícia comunitária, que têm como premissa a proximidade com a população de forma permanente na UPP onde estão inseridos, na garantia do bem estar local, exercendo operações de ordem ou na forma de repressão ao tráfico. Já quando eles participam de projetos sociais, passam a fazer parte e a assumir um papel de polícia de proximidade, conceito que se baseia na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública

Os policiais da UPP não são policiais de confronto e ‘guerra’, e sim de mediação de conflitos e de relação com as comunidades. A polícia de proximidade busca, ainda, instaurar novas formas de interação e parceria entre as instituições policiais e a



sociedade, privilegiando o atendimento preventivo. Os policiais são orientados a estreitar laços com a comunidade em que atuam, conhecendo os moradores e os problemas que possam gerar crimes e conflitos. (RIO DE JANEIRO, SESEG, 2019)

Ainda sobre esse conceito, os policiais inseridos em unidades pacificadoras possuem como pressupostos básicos de policiamento a ação pró-ativa, a ação preventiva, a integração dos sistemas de defesa pública e defesa social, a transparência, a cidadania e a ação educativa. E sua atuação segue de acordo com as orientações estabelecidas, que devem ser pautadas no diálogo, respeito à cultura e às características de cada comunidade, o que aumenta a interlocução dos envolvidos, sua interação e favorece o surgimento de lideranças nas comunidades.

Entre os objetivos da polícia pacificadora estão a retomada de territórios antes dominados por grupos criminosos ostensivamente armados; a restauração da paz e da tranquilidade à população local, necessárias para o bom exercício e desenvolvimento integral da cidadania; a contribuição para quebrar a lógica de “guerra” existente no Estado do Rio de Janeiro; a permissão da entrada ou a expansão dos serviços públicos e da iniciativa privada, tradicionalmente limitada pela ação do poder paralelo dos grupos criminosos; o aumento da formalização das atividades econômicas e dos serviços no local, bem como da vida dos moradores em geral, historicamente submetidos a condições de informalidade; contribuir para uma inserção maior desses territórios e seus habitantes no conjunto da cidade, desarticulando a visão tradicional de ‘cidade partida’ que caracteriza o Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, SESEG, 2017).

Segundo a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), os critérios estabelecidos para a instalação de uma UPP é que ela esteja situada em comunidades onde exista a atuação de grupos criminosos ostensivamente armados. Por isso, o processo de implantação tem, ao todo, quatro fases: 1) intervenção tática, desenvolvida por grupos de operações especiais (BOPE e BPChoque,) que realizam ações táticas para a efetiva recuperação do controle territorial; 2) estabilização, que contempla ações táticas e de cerco para preparar o terreno para a implantação da UPP; 3) implantação da UPP, quando policiais especificamente designados e treinados para essa função ocupam o local; 4) avaliação e monitoramento.

Para que um policial militar possa atuar em uma unidade pacificadora, ele passa por uma formação de seis meses no Centro de Formação de Praças (CFAP), onde os alunos têm matérias de direito militar, uso gradual da força, policiamento comunitário, relacionamento com o público, mediação de conflitos, prática de policiamento cotidiano em favela, violência doméstica, armamento menos letal, além de aulas de Direitos Humanos, ética e prática de

polícia cidadã, com representantes do Movimento Viva Rio. Além disso, eles também têm aulas práticas, que consistem em treinamentos de tiro, educação física, defesa pessoal, treinamento de abordagem de pessoas e veículos e progressão em favelas. Antes de serem encaminhados às UPPs de destino, os policiais fazem ainda um estágio em uma unidade já implantada, para ver de perto a sua realidade. Além disso, um dos critérios para inserção do policial na UPP é que ele seja recém-formado, ideia que visa fortalecer a introdução de uma nova concepção de atuação da polícia, o que seria mais difícil de fazer com policiais antigos, já habituados ao velho modelo e aos seus vícios.

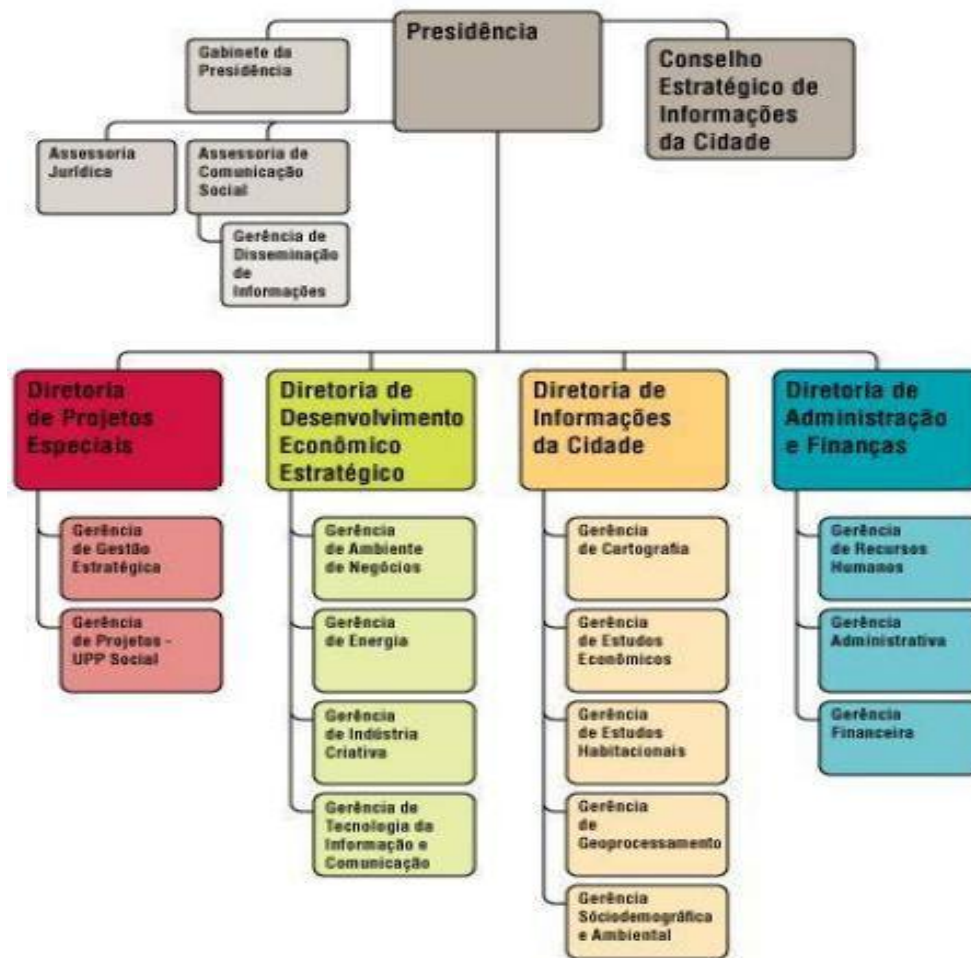
As UPPs e sua concepção de polícia de proximidade também trazem dentro de sua proposta o desenvolvimento de um conjunto de projetos sociais, culturais, educacionais e esportivos nas comunidades, de modo a garantir sua ocupação de modo mais amplo, para além da repressão à criminalidade. Dessa orientação integrada e ampliada é que surgiu o que ficou conhecido como UPP Social, que abordaremos a seguir.

## **2.2. A UPP SOCIAL: OBJETIVOS, ABRANGÊNCIA, PROJETOS**

A UPP Social foi uma estratégia criada oficialmente em 2010, no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro e lançada pelos secretários de Segurança, José Mariano Beltrame, e de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques. Tinha dentre seus objetivos produzir informações de qualidade a respeito das necessidades das comunidades em que cada unidade pacificadora seria instalada, a fim de articular melhorias nos serviços públicos ausentes ou de baixa qualidade, incluindo saneamento, educação e saúde, dentre outros. No ano posterior ao seu lançamento, as UPPs Sociais foram transferidas para a prefeitura do Rio, sob a supervisão e execução do Instituto Pereira Passos (IPP).

O Instituto Pereira Passos (IPP) é uma autarquia da prefeitura do Rio de Janeiro, que tem como principal objetivo promover políticas públicas de melhoramento da cidade. O IPP trabalha com alguns eixos principais: incentiva e produz conhecimento sobre a cidade, produz e divulga informações estatísticas e desenvolve programas chaves para a prefeitura, como por exemplo, a revitalização da Zona Portuária. As áreas de atuação estão ligadas ao desenvolvimento econômico, por meio de estudos e contatos com agências de financiamento e centros de pesquisa. No que diz respeito às informações sobre o Rio de Janeiro, o IPP desenvolve pesquisas, promove a manutenção do acervo de dados de interesse para a cidade, coordena o sistema de informações, entre outras coisas (CECIP, 2011, p. 30)

Abaixo temos o organograma e a descrição da estrutura da organização das diretorias do Instituto Pereira Passos, que se dividem em quatro diretorias, e estas por sua vez, em gerências:



Fonte: CECIP, 2011.

Vinculadas a Presidência, a diretoria de Projetos Especiais dedica-se ao desenvolvimento de programas e projetos estratégicos para a integração social e urbana da cidade. Para isso, provê suporte à formulação, coordenação intersetorial e gestão territorial de ações pelas diversas secretarias e órgãos da Prefeitura. Sendo assim, a UPP Social era executada pela Diretoria de Projetos Especiais, cujo diretor é o advogado José Marcelo Zacchi. Assim, o projeto da UPP Social, quando foi criado em 2010, era coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e, no início de 2011, se tornou uma atribuição da Prefeitura, através do Instituto Pereira Passos (IPP).

É importante ressaltar que embora a UPP Social tenha acontecido em localidades onde se encontravam Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), as informações partiam do Instituto Pereira Passos, que era responsável pela administração da UPP Social. Portanto, a UPP Social se configura como uma ação independente da força policial, pois age em

comunidades que possuem UPP e têm a maioria dos projetos liderados por policiais militares: “Embora a administração da UPP Social não esteja vinculada à Polícia Militar, o nome “UPP” foi mantido devido à boa repercussão que esse programa teve na opinião pública, como uma forma de atrair mais serviços, projetos e investimentos” (RIO DE JANEIRO, SESEG, 2017).

Vale destacar ainda, que muitos debates se pautaram sobre a quem se destinaria o comando da UPP Social, visto que sua abrangência envolvia diversos órgãos e entidades, e muito se questionou sobre o papel do Estado ou Município, pois além da entrada e ofertas de cursos, projetos, também se pensava na melhoria da infraestrutura e saneamento básico local, sendo esses de responsabilidade dos municípios.

A ideia é que eles trabalhem em parceria buscando recursos, o primeiro mais no âmbito estadual e segundo no plano municipal. No entanto, não há muita clareza das atribuições que seriam específicas de cada gestor (do estado e do município) e como os seus esforços podem ser articulados. (CECIP, 2011, p. 34)

A UPP Social passou então a ser uma estratégia da Prefeitura do Rio a partir de 2011 para a integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades pacificadoras (UPPs), com a missão de integrar “o asfalto e a favela”. Para isso, seriam necessárias algumas ações integradas, unindo os mais variados projetos e programas elaborados por distintas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), além de ONGs e do setor privado. Buscava-se, desse modo, a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão que marcam há tantos anos a cidade do Rio de Janeiro (LIVRO DAS UPPs, 2010).

Segundo o Instituto Pereira Passos, a UPP Social possuía a missão de mobilizar e promover a coordenação de políticas e serviços municipais e de ações dos governos estadual e federal, comunidades, sociedade civil e setor privado nos territórios da cidade do Rio de Janeiro beneficiados por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Seus três principais objetivos eram:

- 1) Assegurar a consolidação do processo de pacificação; 2) Promover a cidadania e o desenvolvimento social, econômico e urbano nos territórios pacificados; 3) Efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade. (RIO DE JANEIRO, SESEG, 2019)

A estrutura das UPPs Sociais estava organizada em três áreas, dedicadas às seguintes funções que apontamos no quadro abaixo para melhor compreensão:

**Tabela 1 – Tipos de Gestões**

Gestão Territorial	As equipes se dedicam à interlocução cotidiana com organizações e lideranças de cada comunidade , identificando demandas e criando novos canais de participação e diálogo com o poder público .
Gestão Institucional	Em paralelo à primeira , aprofundam informações sobre infraestrutura urbana e equipamentos nos territórios.
Gestão de Informações	Acompanham a execução das ações municipais , facilitando a cooperação dos agentes públicos com os moradores e organizações da sociedade civil .

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

A UPP Social articulava demandas e ações voltadas para o desenvolvimento amplo dos territórios pacificados , apoiando ações realizadas pelas várias secretarias e órgãos da Prefeitura e demais instituições públicas e privadas . De acordo como presidente do Instituto Pereira Passos, encarregado de supervisionar a UPP Social , esta tinha como missão e desafio implantar novos projetos e fortalecer as boas ações já existentes nas favelas pacificadas , compreendidas enquanto territórios com dificuldades específicas . Para melhor entendermos a relação entre a UPP e UPP Social, faz se necessário uma articulação entre essas duas esferas, identificando suas especificidades:

**Tabela 2: Análise comparativa entre UPP e UPP Social**

UPP	UPP SOCIAL
<p>Pacificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Retomar o controle sobre comunidades dominadas pela criminalidade.</li> <li>- Devolver paz e tranquilidade à população local.</li> <li>- Garantir o exercício e desenvolvimento integral da cidadania.</li> </ul>	<p>Dar sustentabilidade à pacificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na convivência de policiais com comunidade;</li> <li>- Melhor qualidade de vida aos moradores, quanto à infraestrutura e meio ambiente;</li> <li>- Ofertar formação para os moradores;</li> <li>- Identificar demandas e ofertas de ações;</li> <li>- Monitorar a implantação; e</li> <li>- Integrar esforços de setores públicos e da sociedade civil para alcance dos objetivos.</li> </ul>

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

Percebe-se, desse modo, que existe uma articulação entre os objetivos das UPPs e das UPPs Sociais, onde elas atuam de forma complementar. Além disso, a instalação das UPPs possibilitou a entrada de uma série de serviços e iniciativas que visavam melhorar a vida dos moradores, principalmente das crianças e jovens, lhes oferecendo novas oportunidades por meio de um conjunto de atividades culturais, educacionais e esportivas, articuladas pela UPP Social.

Essa relação ocorre por meio da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), que foi criada através do decreto no. 42.787, de 6 de janeiro de 2011, e tem como principal objetivo coordenar a implementação e as ações operacionais das Unidades de Polícia Pacificadora da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), bem como avaliar e monitorar o funcionamento delas. A CPP é dividida em cinco coordenadorias: Geral, Administrativa, Operacional, Informação e Ensino e Pesquisa.

O Coordenador-Geral da CPP subordina-se diretamente ao Comandante Geral da Polícia Militar e deverá realizar as articulações necessárias junto ao Comitê Estadual designado pelo Governador do Estado, visando melhor atender às demandas por segurança pública das comunidades contempladas, no intuito de propiciar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos locais.

O Coordenador-Geral da CPP faz jus à Gratificação de Encargos Especiais, assim como os Subcoordenadores da CPP no valor de R\$ 2.500,00, os Assessores e Chefes de Subseção da CPP no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), assim como os PMs lotados no CPP, com o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) receberão, a critério do Comando Geral da PMERJ, o necessário aporte administrativo das Unidades Operacionais responsáveis pelas áreas de policiamento e suas atribuições se darão de acordo com o seu efetivo, conforme destaca o art 5º do decreto:

**Art. 5º** As UPP serão classificadas de acordo com o efetivo de policiais previsto para a sua área de atuação e terão estrutura compatível para o exercício de suas atribuições.

§ 1º A classificação das UPP se dará da seguinte forma:

I - As UPP serão classificadas como classe "A", quando o seu efetivo previsto for superior a 400 (quatrocentos) policiais militares.

a) O Comando das UPP classe "A" deverá ser, preferencialmente, de Oficial no posto de Major.

b) Os Comandantes das UPP classe "A" farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

II - As UPP serão classificadas como de classe "B" quando o seu efetivo previsto for no máximo de 400 (quatrocentos) policiais militares.

a) O Comando das UPP classe "B" deverá ser exercido, preferencialmente, por Oficial no posto de Capitão.

b) Os Comandantes das UPP classe "B" farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

III - O Subcomando de UPP, tanto a de classe "A", quanto a de classe "B", deverá ser exercido, preferencialmente, por Oficial nos postos de 1º ou 2º Tenente.

a) Os Subcomandantes de UPP farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 750,00 (setecentos cinquenta reais).

Ainda segundo o decreto, o efetivo mínimo de policiais na UPP não poderá ser inferior a 100 (cem) policiais militares, salvo apenas em condições especiais, estas decretadas pelo Secretário de Estado de Segurança. Então, cada UPP tem entre 100 a 330 policiais, variando de acordo com o número da população local e o tamanho da área de abrangência. (RIO DE JANEIRO, SESEG/UPP, 2019)

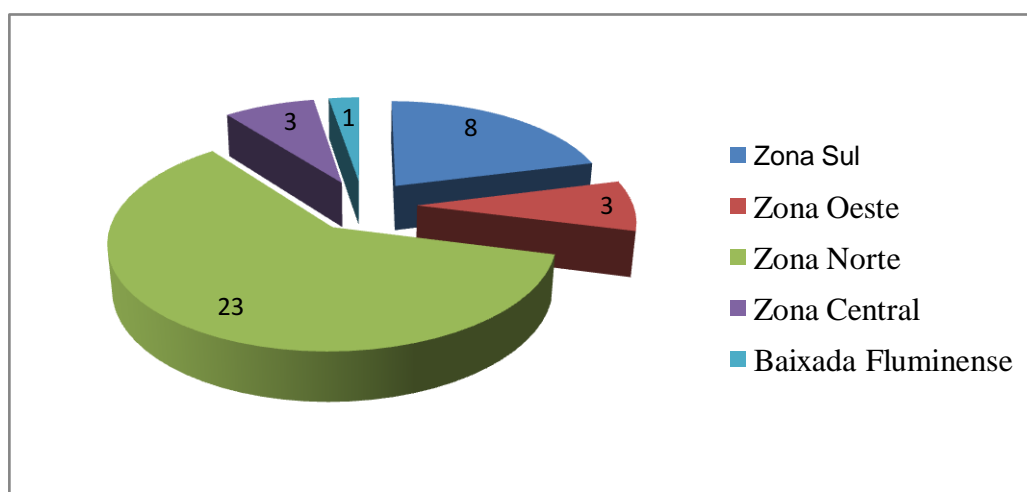
Além disso, esse efetivo deverá ter formação especial, com ênfase em Direitos Humanos e na doutrina de Polícia de Proximidade e os soldados deverão ser obrigatoriamente policiais militares recém formados. Quanto aos oficiais e praças que integrarão as UPPs, todos terão seus currículos e alterações funcionais analisados, segundo critérios objetivos a serem

definidos pelo Comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, quanto ao funcionamento, não havia regulamentação.

No ano de 2008, o bairro de Botafogo, localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, recebeu a primeira UPP, denominada de UPP Santa Marta e inaugurada no dia 19 de dezembro de 2008. Tratava-se da primeira experiência da Secretaria de Segurança dentro da política de polícia de proximidade. Desde então, surgiram várias outras UPPs.

Em 2017, existiam 38 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas em 232 comunidades da cidade do Rio de Janeiro, com mais de 1,5 milhão de pessoas atendidas direta (moradores das comunidades) e indiretamente. No gráfico a seguir, indicamos a localização das UPPs instaladas na cidade, de acordo com o bairro e/ou região.

**Gráfico 1- Quantidade de UPPs de acordo com as regiões da cidade/RJ**



Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

Percebe-se, pelo gráfico exposto, que a zona norte do Rio de Janeiro foi a que recebeu um maior número de UPPs, seguida pela zona sul da cidade. As zonas oeste e central, além da região da Baixada Fluminense, apesar de terem uma alta concentração de favelas, não foram tão contempladas como as zonas norte e sul. Isso nos leva a questionar quais foram os critérios utilizados para selecionar quais as localidades que seriam priorizadas por essa política de proximidade das UPPs.

Já na tabela a seguir, é possível observar o ano de inauguração de cada UPP, a região em que a mesma atua e que tipo de projeto social possui.



**Tabela 3 – UPPs: data de criação, localização e áreas de atuação**

<b>UPP</b>	<b>Inauguração</b>	<b>Região</b>	<b>Área dos Projetos</b>
Santa Marta	19/12/2008	Zona Sul	Esporte
Cidade de Deus	16/02/2009	Zona Oeste	Educação, Esporte e Música
Jardim Batan	18/02/2009	Zona Oeste	Educação e Esporte
Babilônia e Chapéu Mangueira	10/6/2009	Zona Sul	Esporte e Música
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009	Zona Sul	Educação, Esporte
Ladeira dos Tabajaras/Cabritos	14/01/2010	Zona Sul	Esporte
Providência	26/04/2010	Zona Central	Educação, Esporte, Saúde e Música
Borel	07/06/2010	Zona Norte	Educação, Esporte e Música
Formiga	01/07/2010	Zona Norte	Educação, Esporte e Música
Andaraí	28/07/2010	Zona Norte	Educação e Esporte
Salgueiro	17/09/2010	Zona Norte	Educação, Esporte, Saúde, Música e Vulnerabilidade
Turano	30/10/2010	Zona Norte	Educação, Esporte e Música
Macacos	30/11/2010	Zona Norte	Esporte e Música
São João, Quietos e Matriz	31/01/2011	Zona Norte	Esporte e Música
Coroa, Falset e Fogueteiro	25/02/2011	Zona Central	Esporte
Escondidinho e Prazeres	25/02/2011	Zona Sul	Esporte
Complexo de São Carlos	17/05/2011	Zona Central	Esporte e Música
Mangueira/Tuiuti	3/11/2011	Zona Norte	Educação, Esporte, Dança e Música
Vidigal	18/01/2012	Zona Sul	Esporte e Música
Fazendinha	18/04/2012	Zona Norte	Esporte
Nova Brasília	18/04/2012	Zona Norte	Esporte e Vulnerabilidade
Adeus/Baiana	11/05/2012	Zona Norte	
Alemão	30/05/2012	Zona Norte	Educação, Esporte e Música
Chatuba	27/06/2012	Zona Norte	Esporte
Fé/Sereno	27/06/2012	Zona Norte	Educação e Esporte
Parque Proletário	28/08/2012	Zona Norte	Esporte e Música
Vila Cruzeiro	28/08/2012	Zona Norte	Educação
Rocinha	20/09/2012	Zona Sul	Educação e Esporte
Manguinhos	16/01/2013	Zona Norte	Esporte
Jacarezinho	16/01/2013	Zona Norte	Educação e Esporte

Caju	12/04/2013	Zona Norte	Educação, Esporte e Música
Barreira/Tuiuti	12/04/2013	Zona Norte	Esporte e Música (3ª I)
Cerro-Corá	03/06/2013	Zona Sul	Educação e Esporte
Arará / Mandela	06/09/2013	Zona Norte	Educação, Esporte e Música
Lins	02/12/2013	Zona Norte	Música (3ª I)
Camarista Méier	02/12/2013	Zona Norte	Esporte
Complexo da Mangueirinha	07/02/2014	Baixada F.	Música
Vila Kennedy	23/05/2014	Zona Oeste	Educação e Esporte

**Fonte:** Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

Dentre todos os projetos existentes nas UPPs Sociais, se formos considerar suas áreas de atuação, encontraremos uma maior concentração de atividades voltadas para a vulnerabilidade social e os esportes, seguidos pela música e educação, conforme ilustrado na tabela a seguir:

**Tabela 4 – Áreas dos projetos nas UPPs Sociais**

Área	Quantidade*
Educação	16
Esporte	34
Música	19
Dança	1

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

\*A quantidade se refere às áreas de atuação dos projetos e não à quantidade de projetos realizados.

Nessa divisão por áreas, é importante ressaltar que os projetos não seguiam um padrão na sua execução, variando muito de acordo com quem o executava e do que estavam disponíveis a realizar. Mesmo dentro de cada área, as atividades específicas realizadas eram das mais diversas, conforme podemos observar no exemplo das ações realizadas na área de esportes listadas na tabela a seguir.

**Tabela 5: Levantamento de esportes em cada UPPs**

<b>Esporte</b>	<b>Quant.</b>	<b>UPPs</b>
Judô	4	Tabajara, Providência, Fazendinha, Chapéu-Mangueira
Futebol	12	Providência, Salgueiro, Rocinha, Nova Brasília, Barreira/Tuiuti, São João, Cidade de Deus, Formiga, Mangueira, Mandela, Chapéu- Mangueira, São Carlos.
Boxe	2	Tabajara, Pavão-Pavãozinho
Taekwondo	4	Tabajara, Turano, São João, Fé-Sereno
Jiu- Jitsu	8	Vidigal, Vila Kennedy, Camarista Méier, Cidade de Deus, Fallet, Jacarézinho, Mangueira/Tuiuti, Andaraí
Treimento Funcional	3	Vidigal, Chatuba, Andaraí
Projeto 3ª Idade	9	Tabajara, Providência, Caju. Chatuba, Escondidinho/Prazeres, Fé/Sereno, Alemão, Andaraí, Mandela
Atletismo	10	Providência, Borel, Salgueiro, Barreira/Tuiuti, Caju, Camarista Méier, Cidade de Deus, Fé/Sereno, Complexo do Lins, Andaraí
Kickboxing	3	Providência, Borel, Cerro-Corá
Vôlei	4	Vidigal, Nova Brasília, Mangueira/Tuiuti, Chapéu-Mangueira
Basquete	1	Rocinha
Natação	2	Rocinha e Camarista Méier
Karatê	3	Vila Kennedy, Cidade de Deus, Macacos
Ballet	1	Cidade de Deus
Capoeira	4	Fallet, Fazendinha, Jacarézinho, Manguinhos,
Xadrez	3	Escondidinho/Prazeres, Alemão, Chapéu-Mangueira
Muay Thai	1	Andaraí

**Fonte:** Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

Para que pudéssemos ter uma visão mais ampliada da área de Educação, fez-se um levantamento das áreas em que existiam aulas de reforço escolar. Foram encontradas ao todo 15 UPPs, sendo uma unidade nas Zonas Oeste e Central (cada), três na Zona Sul e as demais na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (12). Vale ressaltar que não se conseguiu um

documento em que pudéssemos ter o acesso a informações como: criação, quantidades de pessoal, instalações etc. No entanto, de acordo as informações no site das UPPs, pudemos elaborar a tabela apresentada a seguir.

**Tabela 6 – UPPs com projetos de Educação**

UPP	CRIAÇÃO	CRIAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR	ÚLTIMAS INFORMAÇÕES DO PROJETO
Cidade de Deus	16/02/09	Abril 2015	13/04/2016 – Completou um ano/ Ganho de materiais.
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/09	Outubro 2013	25/06/2016 – Inauguração de sala de projetos.
Providência	26/04/10	Abril 2013	04/04/2018 – Passeio com alunos dos projetos.
Borel	07/06/10	Julho 2010	12/04/2018 – Café da manhã para mães de alunos do projeto de Reforço Escolar e Alfabetização.
Formiga	01/07/10	Março 2014	10/04/2016 – Projeto ganha material.
Salgueiro	17/09/10	Agosto 2015	27/03/2018 – Comemoração da Páscoa com alunos do reforço escolar.
Mangueira/Tuiuti	03/11/11	Maio 2016	24/08/2017 – Temor por perca de força dos projetos de reforço escolar e música devido aos confrontos.
Fé/Sereno	27/06/12	Outubro 2015	28/03/2018 – Passeio com crianças do projeto de Reforço Escola
Vila Cruzeiro	28/08/12	Abril 2015	10/04/2016 – Completou um ano
Rocinha	20/09/12	2017	12/06/2018 – Divulgação dos Projetos Realizados pela UPP.
Jacarezinho	16/01/13	Abril 2015	13/04/2016 – Ganho de materiais.
Barreira/Tuiuti	12/04/13	Agosto 2016	30/04/19 – Lanche com as turmas de Reforço Escolar.
Caju	12/04/13	Outubro 2014	09/06/2017 – Ganho de bicicleta para turma do Reforço
Cerro-Corá	03/06/13	Abril 2015	10/04/2016 - Completou um ano
Arará / Mandela	06/09/13	Abril 2015	05/04/2016 – Obras para atender aos projetos
Vila Kennedy	23/05/14	Abril 2015	10/04/2016 - Completou um ano

**Fonte:** Organizado pela autora a partir dos dados do site oficial das UPPs/RJ.

Nota-se que as inserções de projetos de reforço escolar se deram alguns anos após as implantações das Unidades de Polícia Pacificadora, exceto na UPP Borel, que instaurou no mesmo ano em que a comunidade conheceu uma UPP. Em sua grande maioria, eles surgiram em abril de 2015, pois vemos essa mesma data presente em 6 das 15 unidades levantadas.

Apesar desses esforços, em abril de 2018, a Intervenção Federal decidiu extinguir algumas Unidades de Polícia Pacificadoras, que também sofreram com a falta de investimento e a volta de confrontos com criminosos. Com isso, foram extintas 12 UPPs, sendo elas 4 que mantinham projetos de reforço escolar. Além disso, outras unidades foram unificadas. Neste caso, a estrutura da UPP continuou existindo, porém as áreas passaram a ser patrulhadas por policiais das unidades vizinhas. Com isso, não se sabe que aconteceu com os projetos de educação.

Há que se identificar também os diferentes parceiros das UPPs, que abrangiam instituições das mais distintas, mas que tinham como propósito geral garantir o acesso dos moradores das comunidades a uma série de serviços e atividades nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, cidadania, infraestrutura e capacitação, com diferentes objetivos. Além dos projetos de esporte já citados, pudemos identificar ainda as seguintes instituições e projetos:

- **Caixa Beneficente** - Entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo levar benefícios de qualidade em diversas áreas, como médica, odontológica, jurídica, lazer, educação, funeral e outras aos policiais militares e seus dependentes. Através de projetos voltados para os policiais das UPPs, visando o maior reconhecimento do policial, premiando trimestralmente os policiais que se destacam e apoiando o processo de integração social.
- **Rádio Roquette Pinto** - De segunda a sexta, a 94.1 FM apresenta as principais notícias sobre as comunidades pacificadas publicadas no Portal UPP RJ em dois horários reservados: às 8h30, no "Painel da Manhã", e às 18h, no programa "94 em Movimento". Os ouvintes são informados sobre fatos, histórias de personagens, agendas, estatísticas, dicas de cursos e as transformações sociais estabelecidas nas comunidades do Rio, após a pacificação.
- **Coca-Cola Brasil** - O Coletivo criado em 2009, oferece capacitação em Varejo, Logística, Eventos e Empreendedorismo, além de apoio de gestão e treinamentos para cooperativas de catadores de material reciclado e grupos produtivos de mulheres artesãs. O programa está presente em 150 comunidades de 12 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e já impactou aproximadamente 50 mil pessoas.
- **Senac** - O programa busca promover o resgate da cidadania de moradores de áreas pacificadas com o objetivo de gerar emprego e renda com a inserção dos participantes no mercado formal de trabalho.. Essa iniciativa existe desde 2010 e já capacitou mais de 2 mil pessoas em 15 comunidades do Rio: Batan, Macacos, Providência, Borel, Tabajaras, São

Carlos, Salgueiro, São João, Mangueira, Formiga, Santa Marta, Vila Cruzeiro, Nova Brasília, Jacarezinho e Manguinhos.

- **Odebrecht** - A Odebrecht Infraestrutura contribuiu com serviços de terraplanagem para a construção das sedes das UPPs. Os edifícios-sede das unidades contam com atividades administrativas e logísticas, além de receber projetos sociais, como cursos profissionalizantes.
- **Confederação Brasileira de Futebol**- Em parceria com o Governo do Estado, a CBF investiu na construção da sede definitiva da UPP da Cidade de Deus, que fica na região Quadras da comunidade. As instalações, inauguradas em novembro de 2012, contam com copa, refeitório, auditório, sala de vídeo, banheiros, alojamentos para os policiais militares que atuam na área e estrutura para receber os moradores da comunidade.
- **Light** - Vem contribuindo com as melhorias das comunidades pacificadas através da reforma de toda a rede elétrica, modernização, substituição dos postes, redes, transformadores e medidores. A empresa desenvolve projetos como o **Programa Comunidade Eficiente**, que promove ações de eficiência energética, associando cidadania e responsabilidade social, e o **Light Recicla**, no qual se pode trocar material reciclável por descontos na conta de energia. Além disso, os moradores têm acesso a ecopontos para a troca de materiais como garrafas pet, latas, plástico e papelão.
- **Instituto Pereira Passos** - Tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios, produzindo informação qualificada sobre esses lugares, coordenando esforços das secretarias municipais e promovendo ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial.
- **FIRJAN** - O SESI Cidadania, lançado pelo Sistema FIRJAN oferece gratuitamente educação, cultura, saúde, esporte e lazer a moradores de 28 comunidades pacificadas. Na medida em que as UPPs são instaladas, o SESI Cidadania chega com serviços sociais planejados de acordo com pesquisa realizada pelo parceiro que aponta as principais carências de cada comunidade. O programa conta com o trabalho voluntário de funcionários da FIRJAN que coordenam as ações, e dos agentes SESI Cidadania, moradores das próprias comunidades contratados para divulgar, explicar e fazer a inscrição dos interessados nas atividades oferecidas.

- **Projeto Santa Música Faz** - O projeto difunde a cultura nas comunidades pacificadas e cria eventos que ajudam a aumentar a diversidade artística e estimula ações de geração de emprego e renda. Em parceria com o Sebrae e outros apoiadores, jovens empreendedores das comunidades pacificadas são capacitados formando a “Rede de Agentes Santa Música”., Apoiadores: Governo do Estado do Rio de Janeiro, ONG Posse Reagir Hip Hop, Sebrae, Superintendência Políticas para a Juventude, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio, UPP Social, Sesi Cidadania, Firjan, e rádios Sulamérica Paradiso e Mix FM.
- **LBV** - O desempenho vitorioso dos moradores da comunidade da Providência em um campeonato nacional de karatê, disputado em 2011 na Bahia, foi a realização mais importante do projeto que nasceu a partir de uma iniciativa individual do policial militar Hernani Lopes, que é faixa-preta em karatê e, com apoio da LBV, decidiu dar aulas porque se incomodava em ver diariamente dezenas de crianças ociosas nas ruas do morro da Providência. Com a chegada das demais UPPs, a parceria com a LBV foi positiva e as aulas também foram para outras Unidades Pacificadoras.
- **Sebrae** - O Sebrae/RJ vem atuando com o objetivo de orientar a população na capacitação e na formalização de atividades comerciais e facilitar o acesso ao mercado e a oferta de serviços e créditos, além de apoiar projetos setoriais das cadeias produtivas ligadas à realidade local. Além disso, promove, por meio do fomento do empreendedorismo o fortalecimento de pequenos negócios, o desenvolvimento institucional e socioeconômico sustentável nas áreas das UPPs.
- **Rio Top Tour** - O projeto da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, foi lançado no Santa Marta promovendo a inclusão de moradores das comunidades pacificadas, no momento em que os megaeventos esportivos acontecem e transformam a cidade. Trata-se de um projeto de inclusão e empreendedorismo social, através de ações que aproximam os participantes da realidade da Copa e das Olimpíadas, com geração de eventos e receptivo local. A idéia é preparar comunidades pacificadas e deixá-las após estarem aptas, oferecendo treinamento e oportunidades de financiamento através do Investe Rio. São oferecidas oficinas de artesanato, de idiomas e de eventos, os moradores montam o receptivo local dos visitantes e promovem eventos, esportivos ou culturais, que dinamizam a economia local.
- **Viva Rio** - Dentre os projetos promovidos pela instituição encontra-se o Viva Favela, projeto de Jornalismo Cidadão com 12 anos de história que busca a inclusão, integração social e a inclusão digital. Na internet, conta com um site colaborativo cujo conteúdo é produzido por correspondentes comunitários. O projeto oferece oficinas para a formação

de correspondentes multimídia. Além disso, se torna uma rede de produtores voluntários, uma plataforma colaborativa para a difusão de produções e trocas entre os produtores.

- **Ação Social pela Música do Brasil** – O projeto dedica-se à criação de grupos instrumentais e de coros, com aulas de instrumentos musicais e coral, visando à difusão da música junto à infância, adolescência e juventude. Lançada em 2008, a iniciativa em parceria com as UPPs já atende as 28 comunidades pacificadas, por meio dos núcleos Santa Marta, Complexo do Alemão, Complexo da Tijuca e Cidade de Deus.
- **Consulado Geral dos EUA** - O Consulado Geral dos EUA no Rio de Janeiro, em parceria com a UPP, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Segurança, Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), e a Câmara de Comércio Americana (Amcham Rio), é responsável pela implantação de um grande programa que visa o ensino da língua inglesa nas comunidades pacificadas, o chamado “UP with English”. O objetivo é capacitar trabalhadores para grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016. Os professores do IBEU – centro bi-nacional reconhecido pela Embaixada Americana – vão até as comunidades para ensinar inglês.
- **Associação Internacional de Lions Clube** – Tendoolema: “Nós servimos”. Os Leões se dedicam a causas humanitárias. O parceiro presta serviço aos deficientes visuais, como exames de visão, bancos de olhos e reciclagem de óculos. O programa desenvolvido nas comunidades pacificadas chama-se “Lyons e UPP em ação”, e tem como objetivo aproximar os moradores, oferecendo atividades nas áreas de saúde — como exames preventivos de glaucoma e câncer de mama — e de cidadania, além de emissão gratuita da carteira de trabalho.

Além dos projetos desenvolvidos por essas organizações, que possuem um maior grau de formalização e institucionalização, também existem projetos sociais realizados por iniciativa individual dos policiais militares designados para as UPPs e por pessoas dentro da própria comunidade. Contudo, como não encontramos nas fontes consultadas informações a respeito desse tipo de projeto, optamos por conhecer de modo mais aprofundado uma determinada UPP Social, a do Jacarezinho, como forma de obter essas informações e ter noção de como se dá efetivamente a implementação desses projetos nas comunidades.

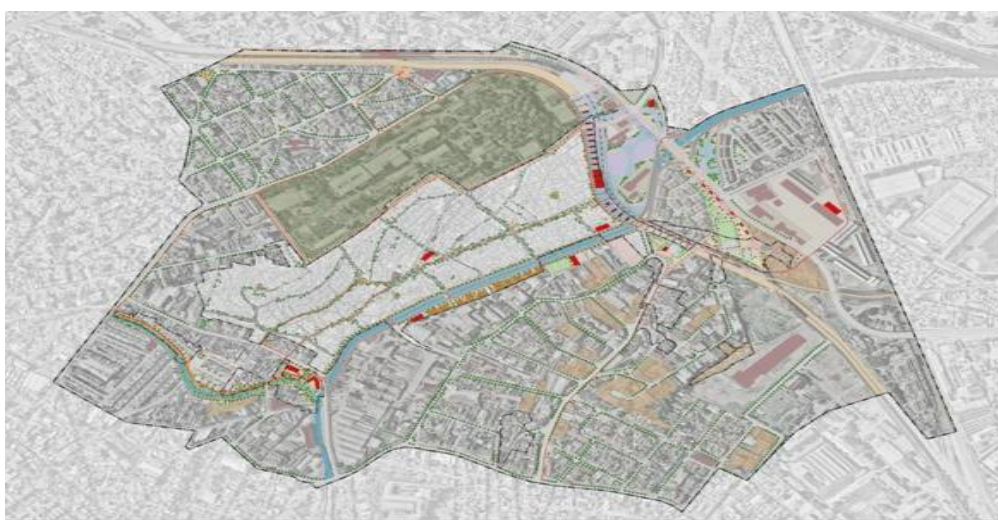
### 3. A UPP SOCIAL DA COMUNIDADE DO “JACAREZINHO”



### 3.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE DO JACARÉ E SEUS PROJETOS SOCIAIS

Localizada no bairro do Méier, a Unidade de Polícia Pacificadora da comunidade do Jacarezinho foi inaugurada em 16 de janeiro de 2013, atendendo na época cerca de 36 mil habitantes, segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP). (RIO DE JANEIRO, SESEG/UPP, 2018)

**Mapa 1: Complexo UPP Jacarezinho**



**Fonte:** Instituto Pereira Passos (2017)

O Complexo do Jacarezinho, que se localiza no bairro do Jacarezinho, também se estende pelos bairros do Cachambi e do Méier. Ele é formado por um conjunto de 18 comunidades que, devido ao tamanho, totalizando uma área de 440 mil m<sup>2</sup>, acabou se transformando em bairro e pela sua grande extensão, acabou abrangendo também as seguintes localidades: Tancredo Neves, Pica-Pau Amarelo, Rua São João, Xuxa, Marlene, Vila da Rua Viúva Cláudio, Praça Marimbá, Jacarezinho, Carlos Drummond de Andrade, Vila Jandira, Tautá, Engenheiro Alberto Moas, Comunidade do Adonis, Vila Miguel Ângelo, Dois de Maio, Portelinha, Antiga Company, Rua Matinoré Vila Matinoré.

Na tabela a seguir, a partir de um levantamento realizado pelo Instituto Pereira Passos com base no Censo de 2010, temos informações sobre a população, área, além de domicílio e habitantes por domicílio, que nos ajudam a entender o complexo do Jacarezinho.

**Tabela 6: População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades na UPP Jacarezinho**

<i>Comunidades</i>	<i>População <sup>(2)</sup></i>	<i>Domicílios <sup>(1)</sup></i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m<sup>2</sup>) <sup>(2)</sup></i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
Jacarezinho	30.037	8.901	3,37	375.045	800,9
Carlos Drumond de Andrade	316	93	3,40	6.103	517,8
Vila Jandira	503	152	3,31	11.132	451,8
Rua São João	887	266	3,33	19.012	466,6
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	988	308	3,21	11.728	842,4
Tautá	395	124	3,19	6.338	623,3
Vila da Rua Viúva Cláudio, nº 211	622	185	3,36	2.989	2081,2
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	72	22	3,27	612	1176,2
Comunidade do Adonis	96	29	3,31	728	1319,5
Vila Miguel Ângelo	180	60	3,00	2.516	715,3
Pica Pau Amarelo	495	133	3,72	11.921	415,2
Dois de Maio	3.240	870	3,72	44.709	724,7
Marlene	719	234	3,07	10.218	703,7
Portelinha	112	39	2,87	2.078	539,0
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	102	35	2,91	2.599	392,5
Antiga Company	24	7	3,43	1.460	164,4
Rua Matinoré, 163 (fundos)	60	18	3,33	1.027	584,2
Vila Matinoré	193	62	3,11	5.204	370,9
<b>Total</b>	<b>39.041</b>	<b>11.538</b>	<b>3,38</b>	<b>515.418</b>	<b>757,5</b>

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010) (2) Instituto Pereira Passos (2010).

Para que possamos melhor compreender a Unidade de Polícia Pacificadora do Jacarezinho, iremos apresentar também a tabela que representa o total populacional de acordo com uma faixa etária específica estabelecida pelo Censo de 2010, que englobam um levantamento com dados oriundos das comunidades que fazem parte do Complexo do Jacarezinho. Nela, temos uma distribuição de idades entre 0 até acima de 65 anos.

**Tabela 7: Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo as Comunidades na UPP Jacarezinho**

Comunidades	Faixa Etária									
	0 a 14		15 a 29		30 a 64		65 +		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Jacarezinho	7133	24%	8293	28%	12659	43%	1593	5%	29678	100%
Carlos Drumond de Andrade	29	36%	17	21%	30	38%	4	5%	80	100%
Vila Jandira	147	29%	176	35%	163	32%	17	3%	503	100%
Rua São João	230	26%	273	31%	351	39%	35	4%	889	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	276	28%	293	30%	395	40%	25	3%	989	100%
Tautá	99	25%	121	31%	160	40%	16	4%	396	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	225	32%	172	24%	274	39%	38	5%	709	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	169	34%	127	26%	179	36%	20	4%	495	100%
Dois de Maio	955	29%	930	29%	1213	37%	146	5%	3244	100%
Marlene	158	22%	213	30%	313	44%	35	5%	719	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	27	26%	33	32%	37	36%	5	5%	102	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	201	39%	122	24%	170	33%	24	5%	517	100%
<b>Total</b>	<b>9.649</b>	<b>25%</b>	<b>10.770</b>	<b>28%</b>	<b>15.944</b>	<b>42%</b>	<b>1.958</b>	<b>5%</b>	<b>38.321</b>	<b>100%</b>

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010) (2) Instituto Pereira Passos (2010).

Posteriormente à pacificação, no dia 30 de janeiro de 2013, houve uma iniciativa na qual o comandante da UPP Jacarezinho, Major Cláudio Halicki, em parceria com o Sebrae, realizou a primeira reunião entre policiais e comerciantes da comunidade, durante a qual foi anunciada a prestação de serviço de orientação sobre a legalização de micro empreendedores individuais, além de ideias e propostas que visavam ao desenvolvimento local. (RIO DE JANEIRO, SESEG/UPP, 2018)

O encontro contou com cerca de 200 comerciantes e prestadores de serviços do Jacarezinho, que ouviram a apresentação de projetos que propõem a formalização e estruturação do comércio em comunidades contempladas com as Unidades de Polícia Pacificadora, como o Desenvolvimento de Empreendedores nas Comunidades Pacificadas. Durante o encontro, o Sebrae

se prontificou em estar presente na comunidade, para orientar os comerciantes no espaço da ONG Impacto Saúde, localizada dentro da comunidade.

Além disso, o Major ainda aproveitou para se reunir com os mototaxistas locais, cuja proposta era discutir formas de ordenamento. Na pauta encontravam-se normas de conduta, cadastro, colete e outras maneiras de organização. A ideia era que, por meio de encontros constantes, houvesse uma aproximação com a comunidade a fim de promover uma maior integração entre moradores e órgãos públicos e privados que levassem serviços e cidadania ao local. Tratava-se então do primeiro passo ao acesso de benfeitorias possíveis através da pacificação. No entanto, foi apenas o pontapé inicial para um marco de mudanças na comunidade, que será apresentado por meio da descrição de um conjunto de acontecimentos que se seguiram, beneficiando a comunidade.

Em fevereiro, o Jacarezinho participou da Taça das Favelas, uma ação de integração por meio do esporte nas comunidades pacificadas onde crianças, especificadamente meninos, disputaram um campeonato de futebol.

Em maio, uma ação de integração entre o Governo do Estado, a Polícia Militar e os moradores desencadeou o projeto chamado “Jacaré em Movimento – Parado vira bolsa”. Esse projeto é definido como uma maneira irreverente de dizer à comunidade que é preciso se movimentar para as mudanças sociais que virão com a chegada da pacificação. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Governo em parceria com a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Jacarezinho para a implementação de atividades inéditas no local, visando reforçar as estratégias de aproximação com a comunidade. O projeto conta, também, com apoio de diversas instituições, lideranças comunitárias e representantes do comércio local com o objetivo de ‘sublinhar’ a integração entre a UPP e a comunidade em processo de pacificação.

Com o projeto, a comunidade poderá desfrutar de diversos serviços gratuitos como emissão de documentos, formalização e orientações para microempresários locais, serviços de saúde e internet, encaminhamento ao emprego, oficinas de artesanato, gesso e maquiagem, recreação com distribuição de brindes, além de cuidados com a beleza como cortes de cabelo, maquiagem, escova e manicure. Na ocasião, as crianças ajudaram os grafiteiros da comunidade na finalização de suas obras e os artistas pintaram as paredes do Campo do Abóbora com temas de paz. O destaque foi uma arte com a frase “Agora aqui é lugar de craque”, uma referência às transformações sociais feitas por meio do esporte para os jovens e adolescentes da favela. Ainda nessa ação, aconteceu o 1º Baile da 3ª Idade para as “senhorinhas da feliz idade”, como elas

mesmas se denominam. O evento foi encerrado com um torneio de futebol com a participação de oito equipes formadas por adolescentes e jovens moradores da comunidade, disputando o campeonato.

De acordo com o comandante da UPP Jacarezinho, o Major Claudio Halick, a ideia do evento “Jacaré em Movimento” surgiu a partir de conversas com os comerciantes e moradores que desejam ver a comunidade do Jacarezinho longe do estigma de comunidade resistente à presença da polícia e ainda de antigo local para usuários de crack. Para ele, quanto mais ações sociais e projetos, maiores as chances de mudar a cultura local e contribuir com o processo de pacificação. (RIO DE JANEIRO, SESEG/UPP/2018)

O projeto contou com o apoio das seguintes instituições e empresas: Defensoria Pública, Detran, Setrab (Secretaria de Estado do Trabalho e Renda), SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), Fundação Leão XIII, CCDC (Centro Comunitário de Defesa da Cidadania), Sistema Firjan, Sesi Cidadania, Rio Solidário, Secretaria de Assistência Social, CRJ (Centro de Referência da Juventude), Schin, Kibon, CVT, FAETEC, Sebrae/RJ, Natura, Operação Lei Seca, Seconci (Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro), Internet Digital, Clínica da Família.

Em junho do mesmo ano, ocorreu um evento em que 300 estudantes de Manguinhos e do Jacarezinho se formaram no programa Senac nas UPPs. No evento, também foi assinado o Termo de Cooperação Técnica, que renovou a parceria da instituição com o Governo do Estado e que previa formar mais três mil alunos de outras comunidades com UPPs.

O Senac realizou cursos de profissionalização nas comunidades pacificadas, ministrando aulas de gastronomia (Jacarezinho) e de beleza (Manguinhos), que aconteciam em carretas do Senac RJ estacionadas nas duas comunidades. A parceria com o Senac também possibilitou que os alunos participantes ganhassem bolsas de 80% para outros cursos. De acordo com informações divulgadas no site (RIO DE JANEIRO, SESEG/UPP/2018), a taxa de empregabilidade dos que passam pelos projetos de capacitação é de 83%. \*

Nesta UPP, desde sua implantação e posteriormente com o avanço da entrada de serviços e cursos para a comunidade, alguns policiais militares decidiram complementar as atividades já

---

\* Vale ressaltar que não foi localizado no site em que essa taxa se baseou ou como foi calculada.

existentes com a oferta de projetos voltados para as crianças, como lutas e reforço escolar, sendo este último nosso principal objeto de estudo. Antes de adentrarmos nas especificidades do projeto de reforço escolar, falaremos sobre outros projetos possíveis através da pacificação.

Desenvolvido por policiais da unidade, cerca de 40 alunos do Centro de Referência da Juventude (CRJ) Jacarezinho frequentam o espaço, vinculado à Superintendência da Juventude, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude (Seelje), que abriga a aula de danças urbanas. Essa atividade reúne jovens de várias idades e contribui para a inserção social de meninos e meninas. Ainda no Centro de Referência da Juventude (CRJ) da comunidade, com o Projeto Lutando pela Vida, policiais ministram aulas artes marciais, onde há ofertas de aulas gratuitas de jiu-jitsu, muay thay e judô, onde podem participar crianças e jovens entre 4 e 18 anos, que estejam matriculadas em qualquer escola, com bom rendimento. O projeto tem como foco principal a formação e fortalecimento da conduta das crianças e adolescentes da comunidade, por meio da prática das artes marciais e de seus princípios, ou seja, com o intuito não só de formar atletas, mas também de educar para a vida. Além disso, com esse projeto, os alunos participam de Campeonatos de integração interna das comunidades (entre as próprias UPPs) e externas, em outras cidades, como por exemplo, em São Paulo. (RIO DE JANEIRO, SESEG/UPP/2019)

Através das iniciativas pós pacificação, também foi possível articular projetos vinculados a educação, ou seja, organizar um projeto que incentivasse a leitura. O projeto de codinome “Flupp”, tem o objetivo de reinventar a cidade, no sentido da democratização. Promover os encontros e fazer com que o livro faça parte desse processo de transformação das comunidades.

“A Flupp – Festa Literária das Unidades de Polícia Pacificadora – é um projeto inspirado na Flip – Festa Literária Internacional de Paraty –, que busca realizar um processo continuado de formação de leitores e autores em comunidades periféricas da região Metropolitana do Rio. Ao longo de 13 encontros, jovens têm a oportunidade de se aprofundar na produção literária e aprender com autores de grande expressão.” (RIO DE JANEIRO, SESEG, 2019)

A FLUPP é apresentada pelo Ministério da Cultura, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro entre outras parcerias públicas e privadas como por exemplo, Petrobras, Itaú etc. O evento é gratuito e terá mais de 100 horas de programação diversificada, em seis dias, que inclui debates, apresentação de autores nacionais e internacionais, shows musicais, espetáculos teatrais, realidade virtual, gincana literária e competições de poesia falada.



### 3.2. A UPP DO JACAREZINHO E A EDUCAÇÃO

Antes de adentrarmos nas informações sobre os projetos que ocorriam nessa UPP, vamos trazer algumas breves informações sobre a educação, mais especificadamente sobre o percentual de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas em diferentes faixas etárias nas comunidades que compõem a UPP Jacarezinho. Nesse aspecto, vale destacar que os dados obtidos com base no Censo do IBGE no ano de 2010, e através de um estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos foi possível entender um pouco mais sobre a educação na localidade em que se encontra a UPP do Jacarezinho. Vale destacar que o estudo não cobre todo o ensino na área analisada, ou melhor, não representam o número exato das crianças frequentadoras das escolas. Contudo, sinalizam uma aproximação da quantidade de crianças alfabetizadas e as que não estão alfabetizadas nas proximidades da UPP. Vale destacar ainda que, nesse documento, alfabetizado se caracteriza como “[...] a pessoa capaz de ler e escrever um texto simples”. (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2017, p.18)

**Tabela 8: Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas de 8 a 9 anos - Complexo Jacarezinho, R.A. Méier e município do Rio de Janeiro**

Comunidades	Crianças de 8 a 9 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Jacarezinho	888	91%	93	9%	981	100%
Carlos Drumond de Andrade	4	80%	1	20%	5	100%
Vila Jandira	18	100%	0	0%	18	100%
Rua São João	34	100%	0	0%	34	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	39	89%	5	11%	44	100%
Tautá	10	100%	0	0%	10	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	31	91%	3	9%	34	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	24	96%	1	4%	25	100%
Dois de Maio	120	92%	10	8%	130	100%
Marlene	17	85%	3	15%	20	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	5	83%	1	17%	6	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	20	77%	6	23%	26	100%
<b>Total</b>	<b>1.210</b>	<b>91%</b>	<b>123</b>	<b>9%</b>	<b>1.333</b>	<b>100%</b>
<b>R.A. Méier</b>	<b>95,3%</b>		<b>4,7%</b>		<b>100%</b>	
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>92,7%</b>		<b>7,3%</b>		<b>100%</b>	

Fonte: Dados do Censo Demográfico IBGE (2010)

Fonte: Instituto Pereira Passos (2017)

Essa tabela evidencia que 91% das crianças entre 8 e 9 anos de idade no conjunto do Complexo do Jacarezinho são alfabetizadas, diferente das localidades de Vila Jandira, Rua São João e Tautá, onde o percentual atinge 100%. Nas comunidades de Pica Pau Amarelo, Dois de Maio, Vila da Rua Viúva Cláudio e Jacarezinho, mais de 90% das crianças nessa faixa etária são alfabetizadas. Podemos observar também que a média de crianças alfabetizadas nas médias das comunidades observadas está mais próxima do município do Rio de Janeiro (92,7%) e do que da R.A. Méier (95,3%).

No que se refere às crianças não alfabetizadas, a média das comunidades na UPP Jacarezinho é de 9%. No entanto, as comunidades Vila Matinoré, Carlos Drumond de Andrade, Praça Marimbá, Marlene e Tancredo Neves (R.A. Jacarezinho) apresentam percentuais acima da média: 23%, 20%, 17%, 15% e 11%, respectivamente.

Esses dados sinalizam uma precoce defasagem escolar ou uma má qualidade no aprendizado destas crianças. No entanto, há também de se considerar os pontos positivos desse levantamento, que representam um pouco de esperança, ilustrados nas comunidades de Vila Jandira, Rua São João e Tautá, onde temos um percentual de 100% de crianças entre as faixas etárias de 8 e 9 anos alfabetizados.

No mapa a seguir são apresentadas, em escala de gradação de cores, as comunidades com maior percentual de crianças de 8 a 9 anos não alfabetizadas dentro do Complexo do Jacarezinho. Com relação ao gênero, identificou-se que 65 meninos e 58 meninas não estavam alfabetizados.





**Tabela 9: Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas de 10 a 14 anos - Complexo Jacarezinho, R.A. Méier e Município do Rio de Janeiro**

Comunidades	Crianças de 10 a 14 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Jacarezinho	2630	98%	62	2%	2692	100%
Carlos Drumond de Andrade	5	100%	0	0%	5	100%
Vila Jandira	48	98%	1	2%	49	100%
Rua São João	75	95%	4	5%	79	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	84	92%	7	8%	91	100%
Tautá	31	100%	0	0%	31	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	80	94%	5	6%	85	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	67	97%	2	3%	69	100%
Dois de Maio	334	97%	11	3%	345	100%
Marlene	65	97%	2	3%	67	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	7	100%	0	0%	7	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	54	96%	2	4%	56	100%
<b>Total</b>	<b>3.480</b>	<b>97%</b>	<b>96</b>	<b>3%</b>	<b>3.576</b>	<b>100%</b>
<b>R.A. Méier</b>	<b>98,5%</b>		<b>1,5%</b>		<b>100%</b>	
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>98,0%</b>		<b>2,0%</b>		<b>100%</b>	

Fonte: Dados do Censo Demográfico IBGE (2010)

Fonte: Instituto Pereira Passos (2017)

Nessa faixa etária, diferente da faixa etária anterior, temos uma quantidade maior de crianças ou adolescente alfabetizados, totalizando 97%. Apesar dos percentuais elevados, não se deve desconsiderar que 3% dessa população não está alfabetizada, somando 96 crianças ao todo e 62 no Jacarezinho. Com relação ao gênero, são 57 meninos e 39 meninas não alfabetizados.





**Tabela 10: Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade - Completo Jacarezinho, R.A. Méier e Município do Rio de Janeiro**

Comunidades	Pessoas com 15 ou mais anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Jacarezinho	21450	95%	1095	5%	22545	100%
Carlos Drumond de Andrade	48	94%	3	6%	51	100%
Vila Jandira	339	95%	17	5%	356	100%
Rua São João	627	95%	32	5%	659	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	653	92%	60	8%	713	100%
Tautá	285	96%	12	4%	297	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	459	95%	25	5%	484	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	304	93%	22	7%	326	100%
Dois de Maio	2131	93%	158	7%	2289	100%
Marlene	534	95%	27	5%	561	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	73	97%	2	3%	75	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	293	93%	23	7%	316	100%
<b>Total</b>	<b>27.196</b>	<b>95%</b>	<b>1.476</b>	<b>5%</b>	<b>28.672</b>	<b>100%</b>
<b>R.A. Méier</b>	<b>98,2%</b>		<b>1,8%</b>		<b>100%</b>	
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>97,1%</b>		<b>2,9%</b>		<b>100%</b>	

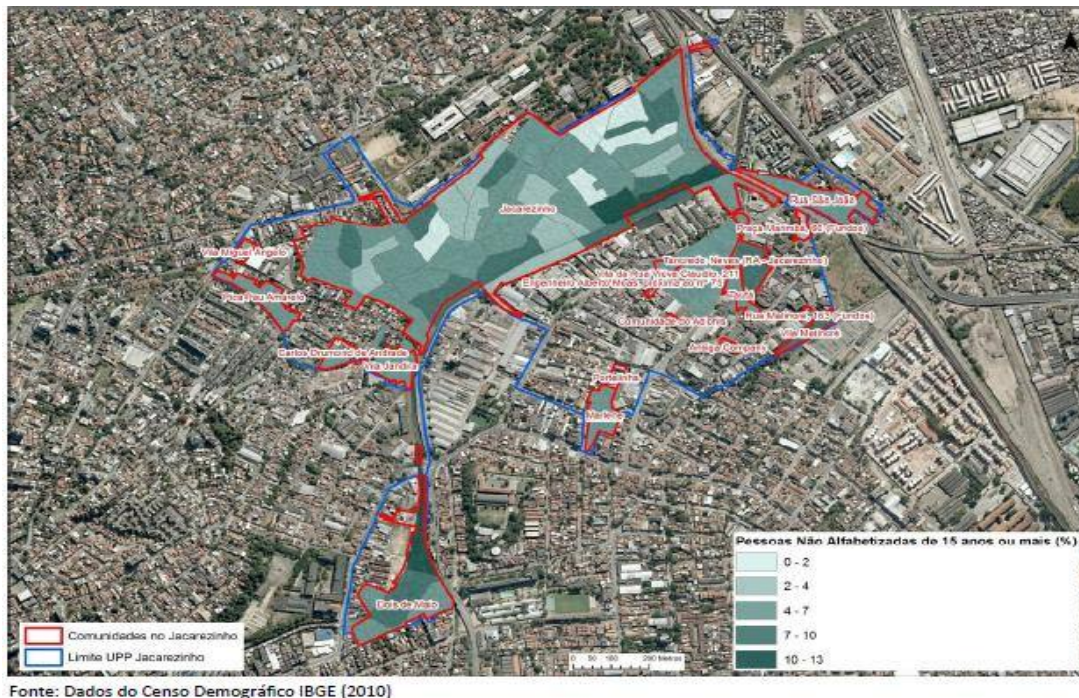
Fonte: Dados do Censo Demográfico IBGE (2010)

Fonte: Instituto Pereira Passos (2017)

Os dados obtidos indicam um percentual de alfabetizados de 95%. Contudo, novamente chamando a atenção para a comunidade da UPP Jacarezinho, que apesar de ter uma taxa de 5% de não alfabetização, esse dado totaliza 1.095 pessoas não alfabetizadas.



**Mapa 4: Percentual de Pessoas com 15 ou mais anos de idade Não Alfabetizadas segundo os Setores Censitários das Comunidades na UPP Jacarezinho**



Fonte: Instituto Pereira Passos (2017)

O estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos também identificou e situou geograficamente as escolas que atendem à comunidade do Complexo do Jacarezinho, além de realizar um levantamento do desempenho dos estudantes a fim de medir a qualidade de educação oriunda dessa localidade.

As escolas que atuam na região são:

- Ciep Chanceler Willy Brandt
- Ciep Vinícius de Moraes
- Escola Municipal Delfim Moreira
- Escola Municipal José Lins do Rego
- Escola Municipal Pernambuco
- Escola Municipal Rio de Janeiro

### Mapa 5: Localização das escolas que atendem a UPP Jacarezinho



Fonte: Instituto Pereira Passos (2017)

O desempenho dos estudantes foi medido pelos resultados obtidos pela escola no IDEB, nas escolas localizadas em um raio de 500 metros da UPP Jacarezinho e que também tenham sido validadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) como equipamentos de referência para esta UPP.

**Tabela 11: Dados do IDEB para a UPP Jacarezinho e Município do Rio de Janeiro**

Escolas que atendem a UPP Jacarezinho	Anos Iniciais					Anos Finais				
	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015
Ciep Vinicius de Moraes	3,6	-	-	-	4,7	-	-	-	-	-
Ciep Chanceler Willy Brandt	3,6	3,9	3,8	4,6	5	-	-	-	-	-
Escola Municipal Delfim Moreira	4,2	4	5,5	5,9	5,5	4,3	3,1	5,3	5,1	-
Escola Municipal José Lima do Rego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola Municipal Pernambuco	4,2	4,2	4,7	4,3	4,3	4,3	3,2	4	4	3,2
Escola Municipal Rio de Janeiro	4,6	5,3	5,9	-	-	3,8	3,4	5,2	5,9	5,8

Fonte: Instituto Pereira Passos (2017)

Nota-se que houve bastante oscilação entre os resultados positivos e negativos, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Contudo, percebe-se uma melhoria entre todas as



escolas nos anos de 2007 e em 2015 em quatro das seis escolas participantes do levantamento referentes aos anos iniciais (1º a 5º ano), sendo elas: Ciep Vinicius de Moares, Ciep Willy Brandt, Escola Delfim Moreira e Escola Pernambuco. Vale destacar que apesar do último IDEB (2015) apresentar resultado superior ao primeiro (2007), em três desses casos houve declínio da nota em algum ano em relação a nota anterior, interrompendo uma sequência de crescimento, sendo eles: Ciep Willy Brandt em 2011, Escola Delfim Moreira em 2015 e Escola Pernambuco em 2013 e 2015, onde foi mantida a nota nos três anos finais apresentados pela tabela. No caso do Ciep Vinicius de Moares, não houve apresentação das notas nos demais anos, ou seja, os resultados comprovam que houve melhora positiva em relação a 2015, mas não houve notas além desses anos, sendo esses dois os únicos que foram avaliados. A Escola Rio de Janeiro também não apresentou todos os resultados, mas com os três obtidos é possível notar que seguiu uma sequência de crescimento entre as três notas (2007, 2009 e 2011) obtidas no levantamento. Quanto à Escola José Lins, não foi possível ter conhecimento de suas notas, não sendo possível fazer uma estimativa.

Nos anos finais (6º a 9º ano), das seis escolas participantes do levantamento, apenas três apresentaram resultados. A Escola Delfim Moreira, apesar de apresentar melhora entre seu primeiro (2007) e último resultado (2013), sua nota entre esses anos oscilou bastante, tendo a segunda nota inferior à primeira nota, como demonstrado em 2009 e propriamente em 2013, quando apresenta nota inferior em 0,2 à nota anterior em 2011 (onde adquiriu o seu melhor resultado). A Escola Rio de Janeiro também teve melhora em relação ao seu primeiro ano (2007) e último (2015), porém em 2009 teve resultado inferior ao ano de 2007 em 0,4, não dando continuidade a sequência de crescimento. A Escola Pernambuco foi a única a apresentar no primeiro ano nota maior (4,3) que no último ano, em 2015 (3,2) e entre esse resultados, no segundo ano (2009) nota de 3,2, ou seja, inferior a primeira nota e posteriormente onde se repetem as notas (4) nos anos de 2011 e 2013, e ao final é mantida a nota de 3,2 (mesma nota de de 2009). Nesse levantamento não houve a participação dos Cieps Vinicius de Moares e Willy Brandt, e da Escola Municipal José Lins do Rego. Vale observar que a Escola Municipal José Lins do Rego também não participou de nenhum dos levantamentos realizados.

Compreende-se que esses dados, mais do que indicar uma relação entre a melhoria do desempenho dos estudantes e a UPP Social, identificam, antes de tudo, necessidades dos estudantes e espaços para a atuação de possíveis projetos a serem realizados. É a partir dessa ideia que iremos a seguir conhecer melhor um projeto de reforço escolar realizado na comunidade do Jacarezinho denominado “CAJU – Caminho Auxiliar da Juventude”.

### **3.3 - O PROJETO DE REFORÇO ESCOLAR “CAJU – CAMINHO AUXILIAR DA JUVENTUDE”**

Como não foram encontradas informações e documentos oficiais acerca de projetos sociais específicos das UPPs nos sites pesquisados, optou-se por realizar uma entrevista com a idealizadora do projeto de reforço escolar da comunidade do Jacarezinho. Tal entrevista foi realizada em janeiro de 2018, a partir de um questionário semi-estruturado elaborado previamente (Anexo). As informações apresentadas a seguir foram obtidas por meio dessa entrevista realizada com a soldado Beatriz.

A soldado da Polícia Militar Beatriz, uma das responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto de reforço escolar “CAJU –Caminho Auxiliar da Juventude”, nasceu no município de Araruama – RJ, estudou no Colégio Estadual Edmundo Silva e ingressou na Polícia Militar em 2013, com 28 anos de idade. Ela nos conta que sua escolha pela profissão de policial militar se deu inicialmente apenas pela estabilidade financeira, mas com o decorrer do tempo acabou “tomando amor pela profissão”.

Beatriz conta que nunca pensou em trabalhar como professora. Isso acontecia apenas nas brincadeiras de escola, quando ainda era criança. Nunca teve qualquer tipo de formação na área pedagógica. No entanto, expõe que durante sua adolescência, como tinha facilidade nas matérias, próximo às provas escolares sempre ajudava os colegas que estivessem precisando. Ela narra que foi o amor por crianças e a necessidade de ser útil, em se esforçar para aprender e ensinar, que a motivaram a iniciar o projeto de reforço escolar, de modo a oferecer algo para a comunidade. Vale ressaltar que, com a criação das UPPs Sociais, também era estimulado dentro da PM que se estabelecessem projetos sociais que pudessem aproximar a comunidade dos policiais, portanto, com a pacificação foi possível iniciar uma série de projetos que só surgiram após as implantações das Unidades Pacificadoras. A soldado nos informa então que a UPP do Jacarezinho passou, em 2014, a ter três projetos sociais: o de reforço escolar e os de luta e de música, que eram de responsabilidade de outros policiais, que os administravam de forma independente.

Criado em abril de 2014, com o nome “CAJU - Caminho Auxiliar da Juventude”, o projeto de reforço escolar tinha como objetivo alcançar uma aproximação maior entre a comunidade e a UPP, além de auxiliar na vida escolar das crianças e tirar o tempo ocioso após as atividades escolares rotineiras, de acordo com a entrevistada. Tinha como público-alvo as crianças de 6 a 13 anos de idade da comunidade do Jacarezinho, matriculadas regularmente em escolas públicas ou privadas, nos turnos da manhã e da tarde, do 1º. ao 5º. ano do ensino



fundamental. O projeto começou a funcionar em um espaço cedido pela diretora de uma escola particular, o Colégio Alberto Monteiro de Carvalho (Salesiano).

A base do projeto foi elaborada por três policiais militares da UPP do Jacarezinho, juntamente com uma pedagoga voluntária, com metodologia baseada no trabalho do educador Paulo Freire, muito presente na intervenção junto a grupos populares, somando a novas ferramentas advindas da animação cultural. As regras de permanência eram que as crianças deveriam estar regularmente matriculadas (os) na rede pública ou privada de Ensino, ter entre 6 e 13 anos de idade, e estar matriculado no Primeiro Segmento do Ensino Fundamental, ter autorização expressa dos responsáveis legais, dos quais eram responsáveis em realizar a matrícula no projeto, mediante apresentação desses documentos comprobatórios, inclusive declaração escolar. Não abandonar a escola, não possuir histórico de faltas consecutivas na escola e no projeto, precisando os responsáveis justificar as faltas através de fichas de controle de cada aluno, que era de responsabilidade das policiais. Manter um histórico de comportamento exemplar na escola e não possuir reprovação durante a participação do projeto. Todo mês havia o controle de quem estava ou não indo ao projeto. O critério era que o aluno com mais de três faltas só poderia voltar a frequentar o projeto se o responsável comparecesse para justificar as faltas. No entanto, segundo Beatriz, isso nunca chegou a acontecer, pois as policiais mantinham os telefones disponíveis para que os responsáveis entrassem em contato e sempre que acontecia algum imprevisto com algum aluno, os pais ligavam antes para comunicar às.

As policiais militares participantes do projeto dedicavam parte de suas atividades diárias para a comunidade, onde desenvolviam oficinas de leitura, organizavam doações de livros, além de reforços de matemática, português, ciências, história e geografia. O objetivo era reforçar as atividades desenvolvidas nas escolas de forma lúdica e criativa e também pensando no meio em que aluno vivia. Trabalhavam ainda temas como cultura e cidadania. Todos os conteúdos trabalhados no projeto eram dados seguindo o que as crianças vinham estudando nas escolas regulares. Para isso, as policiais mantinham o contato com as diretoras e professoras das crianças na região e tinham autonomia para planejar suas ações. Por causa dessa abertura que elas tinham nas escolas, a soldado Beatriz conta que elas muita facilidade em receber o *feedback* obre a evolução desses alunos. Com essa aproximação, foi possível montar uma lista contendo os conteúdos trabalhados e um cronograma com a organização feita pelas policiais.

Os conteúdos trabalhados no projeto foram: a) Saúde, Cultura e Cidadania; b) Direitos Humanos e Leitura; c) Matemática e suas Tecnologias.

### **Cronograma:**

<b>HORÁRIOS</b>	<b>SEGUNDA Língua Portuguesa</b>	<b>TERÇA Matemática</b>	<b>QUARTA Leitura e Escrita</b>
7:00 às 8:00h	RONDA ESCOLAR	RONDA ESCOLAR	RONDA ESCOLAR
8:00 às 9:00h	RONDA ESCOLAR	RONDA ESCOLAR	RONDA ESCOLAR
9:00 às 10:00h	1º e 2º ANO	1º e 2º ANO	1º e 2º ANO
10:00 às 11:00h	3º ANO	3º ANO	3º ANO
11:00 às 12:00h	4º e 5º ANO	4º e 5º ANO	4º e 5º ANO
12:00 às 13:00h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:00 às 14:00h	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
14:00 às 15:00h	1º e 2º ANO	1º e 2º ANO	1º e 2º ANO
15:00 às 16:00h	3º ANO	3º ANO	3º ANO
16:00 às 17:00h	4º e 5º ANO	4º e 5º ANO	4º e 5º ANO
17:00 às 18:00h	LIMPEZA	LIMPEZA	LIMPEZA
18:00 às 19:00h	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO

A distribuição dos conteúdos se dava de acordo com a escola a qual o participante frequentava e, com isso, as policiais atuavam no contra turno de forma a auxiliar o desenvolvimento das atividades, tendo autonomia para propor atividades que considerassem necessárias para que o participante apreendesse o conteúdo proposto.

Todas as atividades do projeto aconteciam em uma sala cedida pelo Colégio Salesiano, dentro da própria comunidade do Jacarezinho, o que facilitou o acesso das crianças moradoras da comunidade que buscavam participação no programa. A policial nos descreve que eles chegaram inclusive a realizar uma colônia de férias na comunidade, para atender aos estudantes que estivessem com dificuldades de aprendizagem. As aulas funcionavam três vezes na semana. Por meio de um acordo realizado com o Comandante da UPP do Jacarezinho, as três policiais atuavam no projeto do CAJU durante três dias seguidos, ao longo do dia inteiro, nas segundas, terças e quartas-feiras. A rotina começava às 6 da manhã, quando as três buscavam a viatura no Centro de Polícia Pacificadora (CPP), inicialmente uma ronda escolar nas proximidades da comunidade. Depois, guardavam a viatura na unidade azul (container onde se localizavam os demais policiais) e passavam a acompanhar a entrada dos alunos nas escolas da região, conversavam com algumas professoras e chamavam as crianças

para participar das aulas do projeto. Em seguida, às 8 da manhã, iniciavam as aulas no colégio que abrigava o projeto.

As crianças que estudavam pela manhã faziam o projeto à tarde e vice-versa. Além disso, quando eles não tinham aulas nas escolas, era liberada a frequência ao projeto. Para atender também a essa demanda, as policiais faziam atividades extras para esses alunos. As turmas eram divididas em três grupos: 1) alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental; 2) alunos do 3º ano; 3) alunos do 4º e 5º anos. Apesar de as turmas serem divididas em grupos, todas as três policiais ficavam com as crianças em uma mesma sala, porém em horários diferentes, o que facilitava a prática de atividades. Ainda assim, a sala era dividida por grupos (os que tinham mais facilidade e estavam avançados e os que tinham maior dificuldade na prática dos exercícios), então, com essa organização, era possível que as três pudessem contribuir no grupo individualmente e também, andar pelos demais. Com esse revezamento, foi possível que todas as três pudessem participar também coletivo, ou seja, para todos os alunos participantes do projeto. O projeto possuía avaliação e a forma utilizada pelas policiais seguia o modelo processual, ou seja, era realizado através e durante as atividades diárias realizados pelos alunos. Para isso, elas adotaram critérios como a participação, a pontualidade e principalmente, a frequência no projeto.

A soldado Beatriz relata que a aceitação do projeto na comunidade foi muito boa. No início, contudo, foi necessário quebrar alguns paradigmas dos moradores, que não compreendiam essa aproximação dos policiais. Mas apesar de algumas resistências no começo, e no decorrer do projeto não existiram maiores problemas. A soldado afirma que a proposta foi muito bem vista pelos alunos, pelos seus pais, pelos funcionários da escola e a maioria dos moradores. Diante disso, as policiais optaram por trabalhar fardadas, para criar uma aproximação maior com os envolvidos. Ela ainda relata que nunca teve problemas por andar fardada na comunidade.

Havia reuniões frequentes com os responsáveis, e isso também contribuiu para uma resposta mais positiva dos envolvidos quanto a essa política de uma “polícia de proximidade”. Apesar do receio quanto à parcela do tráfico que ainda permanecia na comunidade, as policiais andavam sozinhas pelos arredores do colégio Salesiano sem qualquer problema. Apesar disso, elas tinham muita cautela com as crianças, pois ouviam de alguns responsáveis que o filho às vezes sofria represálias no caminho ao projeto, até mesmo por outras crianças que implicavam com eles.

O projeto atendia crianças tanto de escolas públicas quanto de privadas, elas percebiam uma grande diferença no avanço dos alunos. Segundo elas, os alunos da privada avançavam mais rápido, pois apesar de terem dificuldades de aprendizagem, eles já sabiam os conteúdos. Já os alunos advindos das escolas públicas, que eram a grande maioria (mais especificadamente do 4º e 5º ano), eles tinham muita dificuldade na leitura e não tinham visto a maioria dos conteúdos. Um exemplo disso foi quando receberam uma aluna da pré-escola da rede privada e perceberam que o seu rendimento se equiparava aos alunos do 3º ano da rede pública. Diante das dificuldades que percebiam nos alunos das escolas públicas, que iam desde dificuldade no falar, de interagir, de ler e interpretar textos decidiram com eles começar do zero. Trabalhavam caligrafia, “A-E-I-O-U”, sílabas, coisas bem básicas, que deveriam ter sido abordadas na pré-escola.

Notaram também que não adiantava levar esses problemas à escola regular deles, pois as diretoras e professoras diziam que com a “reprovação automática” não poderiam fazer nada. Bia diz que começou então a perceber um pouco do descaso do Estado e do Município para com a educação dessas crianças. Com isso também diz que foi necessário um maior planejamento por parte delas, de forma a realmente contribuir positivamente para aquela situação.

Para esses alunos que não estavam ainda nem alfabetizados, apesar de já estarem no 3º, 4º e 5º ano, elas buscaram propor atividades individuais. A soldado e educadora Beatriz relata que essa foi a maior dificuldade do projeto, ou seja, conseguir ensinar algo a esses alunos. Isso também foi dificultado pelo fato de nenhuma das três policiais serem formadas na área da educação, pois descreve que muitas vezes era preciso quebrar a cabeça para pensar o que poderia ou como deveria ser feito esse trabalho. Por outro lado, também avalia que houve um aspecto positivo, pois a situação as obrigava a buscar uma solução, o que exigiu muito estudo e leitura de modo que aprenderam a ensinar.

Por outro lado, a entrevistada também relata experiências de alunos que, apesar das enormes dificuldades que enfrentavam diante do meio e das condições em que viviam, conseguiam se destacar na escola, especialmente pela influência dos pais:

“Nós tínhamos até uma aluna, a Yasmin, que conseguiu uma bolsa no Salesiano. Os pais pegavam muito no pé dela e era bem interessante. Essa foi uma história de vida que me marcou bastante, porque o pai dela mandava ela ler um livro durante a semana e no final de semana ela fazia uma redação sobre o que foi lido. Isso era surreal, dentro daquele meio, a gente não esperava essa inserção de cultura dentro de casa. E nós víamos um diferencial nela, jogamos a proposta para a escola particular de ela tentar uma bolsa, a escola nos ouviu, ela tentou e conseguiu.” (Relato da entrevistada)

Quanto aos desafios da ausência de uma formação pedagógica das policiais, ela relata que elas eram muito motivadas e que todas queriam muito que o projeto desse certo. Acreditavam que elas poderiam fazer bem aquilo em que se empenhassem a realizar. Para a soldado a melhor gratificação para as policiais vinha durante as avaliações que faziam no decorrer do projeto, ao verem que obtinham bons resultados na evolução dos alunos. A entrevista diz que o projeto foi um grande aprendizado de vida para ela. Sempre buscavam algo novo para oferecer aos alunos, seja na sala de aula ou através das atividades culturais que as policiais propunham. Realizavam passeios pela cidade, conseguiam ingressos para visitar o circo, ir ao cinema, visitar a fábrica da Coca Cola, entre outros.

Por outro lado, a entrevistada conta que não receberam nenhum tipo de formação, seja durante a criação do projeto ou ao longo do seu desenvolvimento. Tinham apenas boa vontade de querer colocar em prática o desejo de oferecer à comunidade uma oportunidade. Posteriormente à implantação das aulas de reforço escolar, chegaram a ter mais dois policiais dando aulas, um de matemática e outro de inglês. No entanto, o projeto continuava basicamente pela boa vontade desses policiais, que lutavam por esse espaço dentro da comunidade.

De acordo com a entrevistada, o projeto de reforço escolar atingiu os seus objetivos e alcançou o seu auge no ano de 2015. Iniciou em 2014 com três crianças e, dois anos depois, já tinha 120 crianças frequentando-o regularmente. Em termos pedagógicos, o retorno que recebiam dos professores das crianças do projeto também eram muito positivo. No projeto, porém, havia uma pedagoga, amiga das policiais, que as orientava sobre o que estudar e metodologias de ensino. Havia um espaço de discussão, conversas com as demais professoras da escola, onde através da experimentação, as policiais procuraram construir na prática, uma metodologia de trabalho, não deixando de buscar referências teóricas que pudessem ajudar a compreender melhor as ações que eram desenvolvidas.

Durante o tempo de existência do projeto, o movimento entre a prática e a busca de uma reflexão sobre essa prática era constante. Esse movimento permitiu uma identificação construída entre alguns profissionais a pensar sobre a prática, o espaço e as crianças que frequentavam e, sobretudo, as possibilidades de educação, socialização e formação cultural por meio de propostas educacionais que o projeto poderia oferecer. Segundo ela, outro obstáculo foi a manutenção dos patrocínios do projeto. Ele se mantinha por meio do apoio do Colégio Salesiano, mas também pelo patrocínio de comércios locais e das empresas Piraquê e Ativplus, que contribuíam para fornecimento de lanches diários para os alunos.

Por fim, apesar de o projeto ter sido bem recebido e alcançado bons resultados, as três policiais que o coordenavam vinham do interior do estado e queriam conseguir transferência para trabalhar em um local mais próximo de sua família. Então, a primeira policial conseguiu a transferência e sobraram apenas duas no projeto. Depois, a segunda também logo conseguiu sua transferência e Bia passou a dar continuidade ao projeto sozinha, até que esta conseguiu sua transferência de cidade. Enquanto estava sozinha no projeto, a policial e educadora conseguiu mais um professor para atuar com as crianças, ministrando aulas de Inglês e Matemática, que também a auxiliavam no reforço escolar. Antes de sair, em 2015, conseguiu que outra policial ocupasse seu lugar no projeto, junto com os outros dois policiais.

Posterior a sua saída do projeto, começaram os confrontos entre traficantes e policiais no Jacaré e o clima de tensão na comunidade cresceu muito. Diante disso, o Comandante da UPP, por questão de segurança, tirou do projeto a nova policial que o havia assumido. Diante da situação de conflitos que se instalou na comunidade, ela acredita que o projeto não seria mais viável.

Ao fazer um balanço da experiência vivida, ela afirma que o projeto contribuiu muito para sua vida e que sente muitas saudades, ela costuma dizer que foi um aprendizado e muita evolução interna. Ela relata ter vivido os dois lados, a realidade dos PMs dentro de uma comunidade e conhecer as pessoas de bem que lá moram por não terem condições de saírem, mas que carregam muita garra em se permanecer e encaminhar seus filhos no caminho idôneo.

“Manter um projeto ministrado por policiais militares fardados e conquistar as pessoas na comunidade não é tão simples aos olhos como parece, tem que existir um grande comprometimento de todos envolvidos, tem que ter acima de tudo amor próprio para passar aos que ali estão no interesse de receber algo valioso. Hoje me sinto completamente realizada por ter entrado para PMERJ e ter contribuído na vida de cada um que passou pelo projeto CAJU. Ao invés de fazermos críticas para um país melhor, colocamos em prática tudo aquilo que acreditamos ser o melhor e que com certeza todos guardarão para a vida inteira. Estou deixando a Unidade do Jacarezinho, mas com a certeza que cumpri a missão.”  
(Relato da entrevistada).

De um modo geral, percebe-se que o projeto permitiu que os alunos pudessem aproveitar o espaço e o tempo extra para aprimorar seus conhecimentos, partindo do princípio que as policiais davam o enfoque em complementar os assuntos educacionais trabalhados com as crianças. Além disso, com essa pesquisa foi possível compreender melhor os conceitos e os debates sobre a educação fora do espaço escolar, de modo a perceber como esses espaços podem contribuir para o aprendizado dos estudantes, a partir do envolvimento de outros setores da sociedade.

Gadotti defende a educação como requisito fundamental para que os indivíduos vivam em sociedade e tenham acesso aos conjuntos de bens e serviços de seus direitos fundamentais. No contexto onde se insere o Projeto CAJU, consideravelmente complexo, é ainda mais relevante discutir o acesso das crianças a uma educação de qualidade. Para ele, enquanto a educação formal possui clareza e especificidade em suas diretrizes, a educação não formal não precisa necessariamente seguir um padrão. No entanto, “toda educação, é de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade” (Gadotti, 2005:2). Ainda de acordo com o autor

Não se trata, portanto, aqui, de opor a educação formal à educação não-formal. Trata-se de conhecer melhor suas potencialidades e harmonizá-las em benefícios de todos, e particularmente das crianças. (Gadotti:2005, pg. 3)

Desse modo, ao aprofundar o olhar sobre as atividades ofertadas não só para as crianças, mas para todos que participaram do projeto CAJU ofertado pela UPP Social do Jacarezinho, percebeu-se que ele traz nitidamente uma finalidade educativa e um trabalho formativo.

Diante dos autores estudados e dos conceitos por ele trazidos, compreendemos que o projeto se insere naquilo definido como uma educação não-formal. Apesar de ele ocorrer em um espaço formal de aprendizagem, qual seja, nas salas do Colégio Salesiano, o projeto em si não se articula oficialmente ao projeto da escola. Além disso, ainda que seus organizadores planejassem suas ações, que houvesse uma sistemática do atendimento aos alunos, regras, procedimentos e o projeto tivesse uma intencionalidade educativa, predominava certo grau de informalidade. Primeiramente, não havia um projeto escrito, também não havia um currículo propriamente ou um programa pedagógico previamente definido ou planejado a ser seguido. A grande parte das atividades foi sendo construída e definida ao longo do processo. Por outro lado, ressalta-se a importância da articulação estabelecida com a escola e com seus professores, de modo a tentar realizar atividades que se complementassem.

Ressalta-se ainda a preocupação em respeitar o tempo de aprendizagem de cada criança, que pode ser variável. Valorizava-se também a bagagem trazida pelos próprios alunos, como ponto de partida para o reforço ou os novos conhecimentos trabalhados. Em termos de uma formação integral mais ampla, podemos ainda ressaltar que as atividades

culturais proporcionadas pelo projeto eram um ponto importante do trabalho, muito valorizado e incentivado pelas policiais.

Em certa medida, também é possível dizer que as atividades propostas pelo projeto “CAJU” se aproximam de algumas características do que Gohn define como formação para cidadania. O projeto não se limitou à revisão e reforço apenas dos “conteúdos escolares”, mas se expandiu de forma a abranger outras atividades realizadas em distintos espaços da cidade, como a visita ao Museu Histórico do Corpo de Bombeiros. Isso permitiu aos estudantes compreender que os espaços fora do bairro do Jacarezinho também eram pertencentes a eles. Nesses passeios, as policiais organizavam alimentação, guias e transportes, de forma que eles ampliassem o acesso ao conhecimento vivenciando nessas experiências. Além disso, trabalharam com diversas questões, como direitos humanos e outras relacionadas ao cotidiano daqueles alunos, de modo a valorizar seu espaço de pertencimento. Em um dos relatos da soldado, por exemplo, um aluno diz que nunca tinha ido à praia e “que nunca havia visto tanta água”, mesmo morando na cidade do Rio de Janeiro.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O início dessa pesquisa foi marcado pelo interesse pessoal em aprofundar nosso conhecimento na área da educação fora dos espaços escolares. Para isso, selecionou-se um projeto vinculado à educação, cuja proposta se baseava numa ação pensada em ofertar às comunidades que eram atendidas pela UPP Jacarezinho, especificadamente crianças, uma prática capaz de garantir o acesso a educação para além da sala de aula.

Para tanto, iniciamos um levantamento das formas de educação que aconteciam nesses espaços, apresentando uma revisão da literatura na área, a fim de discutir e compreender melhor alguns conceitos. Com base em alguns autores, observamos o que caracteriza os espaços de educação formal, não formal e não escolar, compreendendo que a educação é vasta, pois não se limita a um único espaço, forma e modo de ser trabalhada, podendo ainda englobar desde as formas mais habituais até as mais interativas, sendo responsável por proporcionar aos indivíduos um vasto leque de possibilidades.

Posteriormente, apresentou-se uma síntese sobre o surgimento e a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), bem como suas características e estrutura de funcionamento, com ênfase na UPP Social, delimitando seus objetivos, abrangência e mapeando os projetos e onde eles aconteciam. As Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs,



mais especificadamente a UPP Social, abriram um novo caminho para a forma de atuação da polícia, pautada na ideia de uma polícia preventiva e de proximidade, baseada no diálogo.

Para entender melhor essa experiência, analisou-se o caso específico da UPP Social do Jacarezinho, trazendo as características dessa comunidade e apresentando o projeto de reforço escolar “CAJU –Caminho Auxiliar da Juventude”. Ministrado pelas policiais Soldado Beatriz, Soldado Luciana e Soldado Monique, com a ajuda de uma pedagógica, o projeto atendeu cerca de 120 crianças e propiciou diversas atividades culturais para os participantes do projeto.

Esse estudo também nos mostrou outro lado da polícia militar no Rio de Janeiro. Um lado onde alguns policiais são capazes de pensar em um projeto social e educativo, direcionado à comunidade onde atuam, colocando-o em prática. Pelo que se pode perceber, a participação de policiais nos projetos da UPP Social não eram de cunho obrigatório; cada policial, de acordo com seus interesses e disposições, poderia propor atividades a serem realizadas. Por outro lado, apesar de haver certo incentivo institucional, como a liberação de carga horária para atuar nos projetos, isso também era uma dimensão bastante informal dentro da corporação. Quando se adentra nos projetos da UPP Social, compreende-se que a continuidade dos projetos dependia do voluntarismo dos próprios policiais, pois não existia propriamente uma política social formalizada ou uma verba específica para a manutenção do braço social das UPPs.

O que se observou, a partir das informações disponibilizadas nos sites das UPPs e da Secretaria de Segurança, é que esses projetos dependiam, além do voluntariado, das parcerias contribuídas com diversos setores da sociedade, fossem eles públicos ou privados. Outro aspecto que nos surpreendeu foi que a UPP Social não estava diretamente ligada à UPP, ou seja, à polícia militar e sim a um Instituto ligado à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, apesar do Instituto Pereira Passos ter realizado diversos levantamentos sobre as necessidades de cada comunidade, os projetos em si aconteciam pela própria vontade dos policiais, ou seja, o projeto era criado sem que os policiais tivessem um conhecimento prévio dos resultados do levantamento realizado pelo Instituto Pereira Passos. Ao menos foi isso o que se observou no caso do Projeto CAJU no Jacarezinho.

Desse modo, percebe-se que o incentivo aos projetos da UPP Social por parte do poder público foi muito limitado e pouco estruturado, não sendo incorporado enquanto uma política pública regulamentada. Ou seja, também a continuidade desses projetos acabou dependendo basicamente da vontade e interesse dos policiais envolvidos em permanecer neles.

Além disso, a ausência de uma formação propriamente pedagógica por parte dos policiais ou mesmo de qualquer capacitação ou orientação por parte dos pedagogos da Polícia Militar, fez com o Projeto CAJU e talvez muitos outros comessem com uma série de dificuldades e limitações, apesar da boa vontade dos envolvidos. Por outro lado, não se pode deixar de lembrar e ressaltar o fato de que, apesar das crianças do Projeto CAJU já terem recebido e passado por alguns anos de escolarização formal, com professoras pedagogas, ainda assim muitas delas permaneciam analfabetas. Nesse sentido, ainda que com limitações, o projeto pode contribuir para melhorar a aprendizagem de boa parte dessas crianças. Não se pretende, com isso, desmerecer a importância da educação formal e da formação do pedagogo-professor, mas antes ressaltar os desafios que ainda permanecem em ambos os espaços, seja na educação formal, seja na educação não-formal.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOGSPOT. **Questionadora**. Disponível em :  
<<http://questionadora.blogspot.com/2010/06/decreto-n-41650-de-21-de-janeiro-de.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CÂMARA. LEGISLAÇÃO. **Câmara dos deputados**. Disponível em :  
<[https://www.camara.leg.br/proposicoesweb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1614282&filename=pl+8953/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesweb/prop_mostrarintegra?codteor=1614282&filename=pl+8953/2017)>. Acesso em: 03 dez. 2018

CECIP. **As Políticas Públicas de Segurança e Urbanização das favelas do Rio de Janeiro, e atenção dadas as crianças pequenas**. Rio de Janeiro: Fundação Bernard Van Leer, 2011.  
GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não-formal como acontecimento**. Campinas: 2009. 468 p.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da educação formal/não formal**. Instituto Internacional para os direitos da Criança. Suíça. Out. 2005.

GOHN, Maria Da. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai./ago. 2011.

IPP- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Panorama dos Territórios**. Rio de Janeiro, jan 2007.  
LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 200 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. 17 ed. Curitiba: UFPR, 2001. 153-176 p.

NORMAS BRASIL. **Normas Brasileiras**. Disponível em :  
<<http://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=158962>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SCHEIBE e AGUIAR, M. A. **Parâmetros Curriculares Nacionais e formação do educador: A reforma educacional brasileira em marcha**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, ano XVII, n. 56, p. 506-515, 1996.

SESEG. Secretaria de Segurança. **UPP. RJ**. Disponível em : <<http://www.upprj.com>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SEVERO, Jose Leonardo Do Rolim De Lima. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015.

UPP. **UNIDADE DE POLICIA PACIFICADORA**. Multimídia. Disponível em:  
<[http://www.upprj.com/upload/multimidia/livro\\_upps.pdf](http://www.upprj.com/upload/multimidia/livro_upps.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

## 6. ANEXO

### Roteiro da entrevista

- 1) Quais eram os projetos? Como funcionavam?
- 2) Quem planejava? Existia uma orientação?
- 3) Onde aconteciam as aulas? (Existia local definidos para as atividades acontecerem?)
- 4) Vocês passavam por algum tipo de formação ou se era aproveitado os conhecimentos prévios por vocês obtidos?
- 5) Quem participava do projeto?
- 6) Quem era o público alvo?
- 7) Há acompanhamento dos alunos no projeto ou na escola? Há regras de permanência?
- 8) Como você conheceu o projeto?
- 9) O que você considera sendo de mais gratificante e o maior obstáculo?
- 10) Como foi a visão da UPP antes do projeto e depois, você pode perceber diferença de relações entre comunidade e policiais?
- 11) Qual o objetivo do projeto? Você considera que ele tenha sido atingido?
- 12) Com quantas crianças começou o projeto?
- 13) Como o projeto foi divulgado? Vocês tiveram dificuldades?
- 14) Como eram o controle de vocês com os alunos?
- 15) Como funcionavam as aulas?
- 16) Qual foi a maior dificuldade no projeto?
- 17) Como funcionava o controle de faltas?
- 18) Como era planejado o conteúdo?
- 19) Qual foi a experiência mais marcante para você?
- 20) Vocês utilizavam livros da literatura infantil com as crianças?
- 21) Por quê você acredita que o projeto deu certo?
- 22) Por quê você acha que o projeto desandou?
- 22) Vocês nessa experiência de contato com os alunos como policial, sabe se teve algum aluno que freqüentava, tinha o interesse de ser policial?